# Difusão, apropriação e produção do saber histórico

## A *Revista Brasileira de História da Educação* (2001-2007)

Ana Maria de Oliveira Galvão*
Dislane Zerbinatti Moraes**
José Gonçalves Gondra***
Maurilane de Souza Biccas****

**Resumo:**
O artigo apresenta o balanço da *Revista Brasileira de História da Educação* (*RBHE*), elaborado pela Comissão Editorial, gestão 2005-2007, em que se sistematiza e se organiza informações sobre o processo de publicação da revista. Inicialmente, a própria prática do inventário é refletida para, em um segundo momento, nos determos nas reflexões relativas à identidade da *RBHE* construída ao longo dos últimos sete anos (2001-2007). Procuramos interrogar o lugar institucional de produção, atentos às regras de funcionamento do próprio campo e àquilo que vem sendo objeto de divulgação pela *RBHE*. Nesse caso, indagamos acerca dos temas, espaços, períodos e fontes privilegiados pelos investigadores de história da educação no conjunto de artigos examinados. Por fim, procuramos explorar os referenciais teórico-metodológicos presentes nos trabalhos veiculados e as relações que a revista tem estabelecido com a América Latina e com o mundo ibérico de modo geral. Com esse exercício, pretendemos pensar diversos aspectos relacionados à produção do saber em história da educação e o modo como marcam e configuram esse campo no país. Nesse esforço, objetiva-se dar visibilidade a um projeto editorial que vem sendo delineado por meio de ação desenvolvida entre pares, comprometidos com a reflexão histórica e com os efeitos da mesma na qualificação do debate acerca da educação em nosso país.

**Palavras-chave:**
*historiografia da educação; imprensa periódica educacional; estudos comparados em história da educação; história da educação brasileira.*

---

* Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação (GEPHE).

** Professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Vice-coordenadora da linha de pesquisa "História da educação e historiografia da pós-graduação em educação".

*** Professor na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador do CNPq e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

**** Professora da Faculdade de Educação da USP. Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação (NIEPHE).

Revista16.indd 171 29/7/2008 17:55:25

# Dissemination, ownership and production of history knowledge

## The *Revista Brasileira de História da Educação* (Brazilian Magazine of History Education) (2001-2007)

Ana Maria de Oliveira Galvão
Dislane Zerbinatti Moraes
José Gonçalves Gondra
Maurilane de Souza Biccas

**Abstract:**
The article presents the review of the *Revista Brasileira de História da Educação (Brazilian Magazine of History Education)* (*RBHE*), prepared by the Editorial Board, management 2005-2007, in which it is organized the information on the process of publication of the magazine. Initially, it is discussed the practice for the inventory, and in a second moment, it is analysed the identity of *RBHE*, built over the last seven years (2001-2007). We questioned the place of institutional production, attentive to the rules of operation the field itself and what has been the object of by disclosure *RBHE*. Thus, we discuss the themes, spaces, periods and sources that were privileged by researchers of history education in the whole of the examined articles. Finally, we explore the theoretical and methodological references in the work and the relations established by the magazine with Latin America and the Iberian world in general. With this exercise, we consider various aspects related to the production of knowledge in history education and how they configure this field in the country. So, it aims to give visibility to an editorial project that has being outlined by means of action developed between peers, committed to the historical reflection and the effects of it in the improvement of the debate about education in our country.

**Keywords:**
*historiography of education; educational periodic press; comparative studies in history education; history of Brazilian education.*

Revista16.indd 172 29/7/2008 17:55:25

## Introdução

A *Revista Brasileira de História da Educação* (*RBHE*) foi criada pela Diretoria da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), logo após a edição do I Congresso Brasileiro de História da Educação (ICBHE), em novembro de 2000[1]. Desde a sua origem, tem como principal objetivo ser um canal de comunicação permanente entre os pesquisadores de história da educação, visando fomentar a produção do conhecimento no campo, constituindo-se assim em um espaço de divulgação de trabalhos inéditos produzidos tanto no Brasil quanto no exterior.

O primeiro número da revista foi publicado em junho de 2001 e, até dezembro de 2007, foram publicados 14 números. Até 2006 circulou com periodicidade semestral e, em 2007, passou a ser quadrimestral, sendo essa mudança um sinal importante de sua legitimação por parte da comunidade de historiadores da educação.

O projeto editorial mostrou-se razoavelmente estável, desde o seu primeiro número. Do ponto de vista da gestão da revista, ela conta com um Conselho Consultivo e Comissão Editorial. Esta última vem sendo recomposta de quatro em quatro anos em média, sempre com a permanência de alguns membros da comissão anterior. Em suas páginas são publicados artigos (nacionais e internacionais), dossiês, notas de leitura e resenhas. Desde o início de sua publicação, a revista vem sendo objeto de avaliação externa, sobretudo por parte da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que, no último processo, ocorrido em 2006, considerando o triênio anterior, classificou o periódico como "Nacional A".

Apesar de sua trajetória recente, podemos afirmar que é um dos periódicos consolidados no campo da educação brasileira. Certamente essa legitimidade alcançada somente foi possível porque a comunidade de historiadores da educação brasileira aderiu ao projeto de uma publicação de caráter nacional, aglutinando e difundindo as investigações produzidas no campo na última década.

1. O ICBHE aconteceu no Rio de Janeiro, no período de 6 a 9 de novembro de 2000.

Diante desse cenário, a Comissão Editorial da *RBHE*, que atuou no último biênio 2005-2007[2], propôs à comunidade de historiadores que participam da SBHE a elaboração de um balanço que possibilitasse analisar o nosso periódico e, conseqüentemente, o campo que ele representa.

Neste artigo procuramos levantar e compartilhar algumas das inquietações e indagações advindas da participação como editores da revista. Para nós, este trabalho representa o balanço de uma prática na qual estamos implicados, o que certamente imprime um tom específico ao texto, que ora tornamos público. Ao mesmo tempo, trata-se de sistematizar e organizar informações visando pensar o periódico como sintoma de um campo em pleno funcionamento. Nesse sentido, a própria prática do inventário é inicialmente refletida para, em um segundo momento, determo-nos nas reflexões relativas à identidade da *RBHE* construída ao longo dos últimos sete anos. Do mesmo modo, procuramos interrogar o lugar institucional de produção, atentos às regras de funcionamento do próprio campo e àquilo que vem sendo objeto de divulgação pela *RBHE*. Nesse caso, procuramos esquadrinhar os temas, espaços, períodos e fontes privilegiados pelos investigadores de história da educação no conjunto de artigos examinados. Por fim, buscamos explorar os referenciais teórico-metodológicos presentes nos trabalhos veiculados e as relações que a revista tem estabelecido com a América Latina e com o mundo ibérico de modo geral. Com esse exercício, pretendemos pensar diversos aspectos relacionados à produção do saber em história da educação e o

2. Comissão Editorial período 2001 a 2003 (n. 1 ao 6): Diana Gonçalves Vidal (USP), José Gonçalves Gondra (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ), Marcos Cezar de Freitas (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP), Maria Lucia Spedo Hilsdorf (USP). Comissão Editorial período 2004 a 2005 (n. 7 ao 10): José Gonçalves Gondra (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ), Marcos Cezar de Freitas (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP), Maria Lucia Spedo Hilsdorf (USP), Maurilane de Souza Biccas (USP). Comissão Editorial período 2006 a 2007 (n. 11 ao 15): Ana Maria de Oliveira Galvão (UFMG), Dislane Zerbinatti Moraes (USP), José Gonçalves Gondra (UERJ), Maurilane de Souza Biccas (USP). A atual Comissão Editorial está composta por: Bruno Bontempi Jr. (PUC-SP), Carlos Eduardo Vieira (Universidade Federal do Paraná – UFPR), Dislane Zerbinatti Moraes (USP), Lucia Maria Franca Rocha (Universidade Federal da Bahia –UFBA).

Revista16.indd 174 29/7/2008 17:55:26

modo como marcam e configuram esse campo no país. Nesse esforço, pretendemos dar visibilidade a um projeto editorial que vem sendo delineado por meio de ação desenvolvida entre pares, comprometidos com a reflexão histórica e com os seus efeitos na qualificação do debate acerca da educação em nosso país.

Para realizar esse trabalho, organizamos este artigo em seis núcleos: no primeiro, optamos por problematizar a própria produção de balanços como forma de analisar a constituição de um lugar de produção, privilegiando o estudo de caso da *RBHE*. No segundo momento, a revista encontra-se descrita e analisada levando em consideração suas características gerais e as condições de sua produção. No terceiro, analisamos a proveniência institucional da produção na *RBHE*. No quarto momento, concentramos nossa atenção nos temas, espaços e períodos privilegiados nos artigos. No quinto, demos destaque às fontes usadas na produção veiculada na revista. Por último, procuramos realizar uma análise das referências bibliográficas utilizadas pelos autores brasileiros e estrangeiros e a presença latino-americana no impresso. Para efeito dessas reflexões, tomamos como *corpus* documental 14 edições das 15 produzidas pela SBHE no período de 2001 a 2007[3].

## A arte de explorar um campo e seu funcionamento

Inicialmente, gostaríamos de desenvolver a idéia de que a elaboração de diagnósticos pode ser descrita pelas marcas da *incompletude* e da *provisoriedade*. Acreditamos que não é possível elaborar um balanço total, tampouco definitivo da produção de um dado campo intelectual, se entendemos que os diagnósticos são elaborados por perspectivas específicas e os campos de saber são móveis, em virtude dos movimentos e das forças que o integram e o redefinem permanentemente, sem que seja possível definir de antemão e de modo pleno o ritmo e a direção a ser assumida em cada domínio[4].

3. Não pudemos analisar a última edição, publicada em 2007, pois ela se encontrava na gráfica.
4. De acordo com Vidal et al. (2005), os autores que se têm ocupado dos balanços da pro-

Realizar balanços de um campo intelectual implica conhecer o que nele vem sendo feito. Trata-se de reconhecer os balanços já produzidos, criando condições para diagnosticar o ponto e o estado em que nos encontramos nesse tipo de esforço para, então, debater a *necessidade* de ultrapassagem, as *possibilidades* para efetivar esse gesto de deslocamento, pensando igualmente as *direções* que pode vir a assumir. Trata-se, portanto, parafraseando Walter Benjamin (1987), de agir como o homem que escava, voltando aos fatos, espalhando-os como se espalha a terra, revolvendo-os como se revolve o solo. Escavação que deve seguir planos, sendo igualmente indispensável "a enxadada cautelosa e tateante na terra escura". Trabalhar nesse registro, isto é, pensar a *necessidade*, *possibilidade*, *condição* e *direção* da ultrapassagem, exige escavar o solo geral dos balanços, a partir de planos previamente pensados, mas também de enxadadas tateantes. Nesse sentido, uma indagação precede o desafio da escavação que pretendemos desenvolver: como descrever a prática dos balanços?

Termos como "estado-da-arte", " inventário", "censo", "cartografia", "diretório", "repertório", "mapa" e "panorama" configuram um vocabulário que vem sendo empregado para descrever a ação promovida pelos diversos campos disciplinares para "exumar os seus procedimentos efetivos", como diria Certeau (1982). Esse *desenterrar* dos procedimen-

dução historiográfica no Brasil vêm destacando a variedade e a profusão de títulos na área e ressaltando a progressiva constituição de uma certa identidade dos investigadores em história da educação brasileira, multifacetada e plural, proveniente da criação e consolidação de Programas de Pós-Graduação em Educação, surgidos no final da década de 1960; da constituição de grupos de trabalho (GT), como o próprio GT da ANPEd (1984) e o Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" (HISTEDBR, 1986), apenas para citar os mais antigos; da proliferação de instituições de guarda e produção de documentação; da formação de sociedades científicas, como a Associação Sul-Rio-Grandense de História da Educação (ASPHE, 1996) e a SBHE (1999); da ampliação dos fóruns de socialização das pesquisas, como os Congressos Brasileiros de História da Educação (2000, 2002, 2004 e 2006), os Luso-brasileiros (1996, 1998, 2000, 2002, 2004 e 2006) e os Ibero-Americanos (1992, 1994, 1996, 1998, 2001, 2003, 2005 e 2007) e os Seminários HISTEDBR (1991, 1992, 1995, 1997, 2001, 2003 e 2006); além da publicação de periódicos dirigidos especificamente à área, como a *Revista História da Educação* (ASPHE, 1996), a revista *HISTEDBR On-line* (2000), a *Revista Brasileira de História da Educação* (SBHE, 2001) e os *Cadernos de História da Educação* (Universidade Federal de Uberlândia – UFU, 2002). Conferir também Lopes (1986), Nunes e Carvalho (2005), Lopes e Galvão (2001), Catani e Faria Filho (2005), Faria Filho e Vidal (2003), Fonseca (2003), Gondra (2005).

tos efetivos de uma disciplina consiste, para esse autor, no único meio de torná-los precisos, na medida em que põe em cena os produtos, mas também as contingências que os têm produzido. Visibilidade que problematiza a ilusão daqueles que, no gesto de escavar ou tirar da sepultura, promovem apenas o "inventário dos achados", não sabendo assinalar no terreno de *hoje* o lugar no qual é conservado o *velho*, como diria Benjamin (1987, p. 239). Com isso, cabe reconhecer "o balanço" como prática canônica do campo científico, desenvolvida em vários domínios da ciência e também no campo da história da educação, no Brasil e no exterior. Essa arte de explorar um campo e seu funcionamento supõe trabalhar com o esforço de reconhecer o *velho*, o já existente, as tradições nesse tipo de reflexão como condição para discutir a *necessidade*, *possibilidade*, *condição* e *direção* da ultrapassagem.

Pensar uma história dos "balanços" produzidos em um campo bem determinado, como o da história da educação, consiste em ação a ser feita com base no manejo das matérias que compõem o solo desse campo, suas camadas, partículas e produtos. Matérias, cujo contato leva-nos a interrogar o *velho*, o já feito, já escrito, como estratégia para fazer expandir, dilatar e estender a compreensão que temos do *hoje* e de nossa breve experiência humana. Portanto, é sobre os restos, esse *humus* depositado materialmente na escrita que incidem os balanços produzidos (e a produzir). Como vem sendo afirmado pelos que se têm dedicado a esse tipo de prática, o *humus* com o qual temos trabalhado é heterogêneo. Algumas evidências de suas diferenças são perceptíveis, por exemplo, no tipo de questionário que tem orientado os balanços: uma região, um período, um tipo de documento, uma modalidade de instituição, uma forma educativa ou mesmo da perspectiva que preside a constituição das matérias postas em exame. No entanto, essa observação correria o risco de ser vista apenas como mais um "inventário dos achados", carregando consigo, ainda que alguma luz, os limites do jogo do reconhecimento e da pura e simples enumeração, como já assinalado. O exercício desenvolvido nesses termos parece ser insuficiente para pensar a polimorfia dos balanços. Trabalhamos com a hipótese de que a reflexão acerca da diversidade de formas dos "balanços" se torna ampliada quando temos o cuidado de observar a variedade dos critérios empregados na composição dos questionários orientadores dos

"balanços" e de suas séries documentais e períodos a que se referem, tanto quanto na institucionalização dessa arte, das lentes e ferramentas adotadas pelos produtores desse tipo específico de produto.

Admitir a multiplicação das formas dos balanços supõe considerar uma outra característica desse tipo de prática: a escala. Para tanto, partimos da hipótese de que *todos fazemos balanços*; que todo e qualquer levantamento das coisas ditas a respeito de um determinado objeto pode ser considerado um "balanço". Este faz-se de modo mais ou menos extenso em virtude do seu estatuto, função e/ou exigência que pretende atender. Nessa linha de raciocínio, tornar-se-ia possível identificar um gradiente dos balanços, como os trabalhos produzidos em disciplinas, artigos em congressos e revistas, monografias, dissertações, teses, livros, até os textos autodesignados como balanços[5]. Assim, parece-nos que o exame de cada produto também deve vir combinado com o estudo de sua destinação, como condição para analisar sua orientação, finalidade e posição na escala em que ele necessariamente se encontra inscrito.

O exame do movimento verificado no domínio da história da educação não pode ser apartado dessas condições mais gerais e uma compreensão rigorosa dessa história recente encontra-se associada, portanto, a um compromisso de compreender a vitalidade da área, inscrevendo-a em um campo de forças complexo, móvel e variável de país a país e mesmo dentro de instituições de cada país.

Levando em consideração todos esses aspectos, iniciamos nosso "balanço" discutindo o lugar institucional da *RBHE*. Nessa tarefa, identificamos alguns desafios enfrentados tanto pelos pesquisadores da história da educação quanto pelos próprios sujeitos que participam da produção da própria revista, os quais acabam por constituir um novo lugar de produção de conhecimentos.

5. Em 1999, Ascolani atestava, para o caso argentino, um desenvolvimento mínimo na elaboração dos balanços historiográficos. Além disso, o que existia se limitava a breves levantamentos sobre temas específicos, com uma evidente finalidade pragmática, como a de introduzir uma determinada temática. Em 2007, o diagnóstico parece manter-se inalterado, ainda que o mesmo autor reconheça a possibilidade de tal procedimento ser feito com mais facilidade para os casos da Argentina e do México, dado o volume dos trabalhos de história da educação produzido nesses dois países. O caso brasileiro é objeto de outras ponderações. A esse respeito, cf. Ascolani (2007).

Revista16.indd 178 29/7/2008 17:55:27

## *Revista Brasileira de História da Educação* – a construção de uma identidade

A *RBHE* publicou 14 números, entre 2001 e 2007, totalizando 78 artigos, 5 dossiês, 26 resenhas e oito notas de leitura, de autoria de pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Para melhor compreender e analisar essa configuração editorial, apresentamos no Quadro 1 as características gerais desse impresso, que nos permitirá evidenciar e analisar algumas marcas do projeto editorial que vem sendo delineado nos últimos sete anos.

Quadro 1 – Características gerais da *RBHE*

| Ano | Edições | Artigos publicados* | Dossiês/ Artigos publicados | Resenhas publicadas | Notas de leitura publicadas | Artigos recusados | Dossiês recusados | Trabalhos em avaliação |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2001 | 2 | 14 (74%) | - | 3 | 3 | 5 (26%) | - | |
| 2002 | 2 | 07 (47%) | 1(4)** | 4 | 2 | 8 (53%) | - | |
| 2003 | 2 | 12 (71%) | 1(4) | 7 | 1 | 5 (29%) | - | |
| 2004 | 2 | 13 (74%) | 1(5) | 3 | 1 | 5 (26%) | - | |
| 2005 | 2 | 10 (72%) | 1(6) | 3 | - | 4 (28%) | - | |
| 2006 | 2 | 12 (80%) | - | 4 | 1 | 3 (20%) | - | 15 artigos 4 dossiês |
| 2007*** | 3 | 10 (62,5%) | 1(4) | 2 | - | 6 (37,5%) | 1(5) | 16 |
| Total | 15 | 78 (68,5%) | 5(23) | 26 | 8 | 36 (31,5%) | 1(5) | 16 |

* Incluímos as traduções.

** Número de artigos publicados em cada dossiê.

*** Analisamos dois números dos três produzidos. As informações apresentadas nas demais colunas de 2007 referem-se apenas aos números 13 e 14.

Um primeiro aspecto que pode ser observado refere-se à periodicidade da *RBHE*, que no período de 2001 a 2006 foi publicada semestralmente, e a partir de 2007 quadrimestralmente. De uma maneira geral, sabe-se que um dos principais desafios enfrentados pelos periódicos é conseguir assegurar sua periodicidade[6], destacando-se, entre os motivos que podem levar

6. A questão da periodicidade é um critério importante na avaliação dos periódicos e para os indexadores tantos os nacionais como os internacionais. O Scielo Brasil, por exemplo, tem como um dos critérios para indexação que os periódicos sejam quadrimestrais.

ao fracasso das iniciativas editoriais, o pequeno fluxo de artigos, dossiês, resenhas e notas de leitura; a dificuldade de os pareceristas realizarem a avaliação no prazo estipulado pela Comissão Editorial[7]; a qualidade acadêmica da produção veiculada no periódico; dificuldades financeiras para cobrir os custos de produção e distribuição da publicação.

No caso da *RBHE*, algumas dessas dificuldades foram superadas, mas o fato de a periodicidade ter sido modificada para quadrimestral acabou por gerar novos desafios, principalmente no que diz respeito à necessidade de: a) ampliar ainda mais a adesão e a participação dos pesquisadores que enviam seus estudos e resultados de investigações; b) diminuir, para um tempo significativamente mais curto, o trâmite de avaliação e reformulações dos artigos submetidos à revista; c) assegurar a qualidade acadêmica que contemple a multiplicidade e a pluralidade da área de história e historiografia da educação brasileira – questão que será retomada posteriormente neste balanço.

Conforme os dados apresentados no Quadro 1, no período de 2001 a 2007, 114 artigos foram submetidos à *RBHE*, dos quais 78 artigos foram publicados e 36 recusados (o que corresponde a 31,5% dos trabalhos encaminhados). Dos seis dossiês avaliados, cinco foram aceitos. A *RBHE* publicou ainda 26 resenhas, oito notas de leitura, praticamente todas as encaminhadas à Comissão Editorial no referido período.

Esses dados dão-nos uma visão geral sobre o número de artigos publicados e recusados por ano. O que podemos constatar é que a partir de 2006 o número de trabalhos enviados teve um aumento significativo, se considerarmos o número de trabalhos publicados e recusados antes de 2006, oferecendo assim maior segurança tanto para a diretoria da SBHE quanto para a Comissão Editorial da *RBHE* em transformar a periodicidade de semestral para quadrimestral.

Outro aspecto importante a ser examinado refere-se ao número de artigos publicados e recusados tomados ano a ano, pois se verifica que

7. Até 2006, o tempo médio entre a chegada de um artigo, envio para os pareceristas, devolução do parecer, e incorporação das sugestões no artigo pelo autor era de aproximadamente seis meses. A Comissão Editorial vem trabalhando para reduzir o tempo gasto no processo de avaliação dos artigos propostos. Não podemos perder de vista que, para assegurar e manter o conceito Nacional A, no âmbito do Qualis/Capes, é necessário otimizar o trâmite dos artigos.

Revista16.indd 180 29/7/2008 17:55:28

em 2001, 2003, 2004, 2005 e 2006 o índice de artigos recusados ficou entre 20% e 29%. Em 2002, no entanto, esse índice foi acima dos 50%. É importante ressaltar que a primeira edição da *RBHE*, publicada em 2001, foi composta por artigos de especialistas estrangeiros amplamente reconhecidos na área. A segunda edição contou com quatro artigos de pesquisadores brasileiros, um ensaio produzido por Laerte Ramos de Carvalho e uma tradução. Portanto, o índice de 26% que figura no primeiro ano deve ser relativizado, na medida em que, ao considerarmos essas informações, verificamos que o índice de recusas aferido nos dois primeiros anos de circulação do periódico foi bastante semelhante (em torno de 53%). Esses dados devem ser analisados levando-se em consideração os obstáculos e as dificuldades enfrentadas pelos responsáveis por viabilizar a publicação, que deveriam ao mesmo tempo pensar o projeto editorial do ponto de vista administrativo, financeiro e acadêmico[8].

A seguir nos deteremos nos desafios colocados pela dimensão acadêmica do projeto da *RBHE*. Para isso explicitaremos alguns dos procedimentos e critérios estabelecidos pelas comissões editoriais no sentido de orientar o processo de seleção e avaliação dos trabalhos encaminhados à revista. As questões que pretendemos responder são as seguintes: como os artigos e dossiês que chegam a *RBHE* são distribuídos? Como são escolhidos e quem são os pareceristas da *RBHE*? Quais os critérios estabelecidos pela revista e utilizados pelos pareceristas para avaliar os trabalhos para eles encaminhados?

Nos últimos três anos a Comissão Editorial vem organizando, a partir de currículos Lattes[9], um levantamento de nomes de pesquisadores da história da educação[10] e áreas afins, que pudessem ir compondo junto com o Conselho Consultivo[11] um grupo de colaboradores pareceristas.

8. A SBHE contou com o fundamental apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para publicação dos números 8, 10, 14 e 15.
9. Base de dados sobre os pesquisadores brasileiros disponibilizada pelo CNPq.
10. Esse levantamento tem sido utilizado para constituir-se em um pequeno banco de dados, com o objetivo de facilitar o processo de avaliação dos trabalhos encaminhados à *RBHE*.
11. O Conselho Consultivo da *RBHE* atualmente é composto por 19 pesquisadores brasileiros (Álvaro Albuquerque – Universidade Federal do Acre – UFAC, Ana Chrystina Venâncio Mignot – UERJ, Ana Maria Casassanta Peixoto – *in memoriam*,

A partir das informações sistematizadas dos currículos foram realizados alguns agrupamentos de pesquisadores utilizando os seguintes critérios: linhas de pesquisa, temas, periodização, fontes etc. Essa organização tem ajudado os editores a selecionar de forma mais adequada e qualificada as pessoas que vão avaliar determinados artigos e/ou dossiês.

Ao avaliarem os artigos submetidos à revista, recomenda-se que os pareceristas levem em consideração os critérios estabelecidos pela Comissão Editorial: relevância da temática; indicação clara dos objetivos, fontes, metodologia de pesquisa; fundamentação teórica; adequação bibliográfica; análise dos aspectos formais do texto.

Os artigos que chegam à comissão são encaminhados para dois pareceristas, que devem, em um prazo estabelecido, atualmente um mês, realizar uma avaliação do trabalho. Caso haja discrepância entre os dois pareceres iniciais, ou seja, um aceite e uma recusa, o artigo é submetido a um terceiro avaliador.

Na seqüência, destacamos alguns argumentos apresentados, nos últimos seis anos, como justificativas para a recusa de artigos/dossiês que não foram publicados pela *RBHE*. São eles:

- os objetivos propostos não foram cumpridos pelo autor;
- a relevância do estudo e/ou investigação não é significativa para a história da educação brasileira;

---

Clarice Nunes – Universidade Federal Fluminense – UFF/UERJ, Décio Gatti Junior – Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Denice Bárbara Catani – USP, Ester Buffa – Centro Universitário Nove de Julho – UNINOVE, Gilberto Luiz Alves – Universidade do Estado do Mato Grosso do Sul – UEMS, Jane Soares de Almeida – Universidade Estadual Paulista – UNESP, José Silvério Bahia Horta – UFAM, Luciano Mendes de Faria Filho – UFMG, Lucio Kreutz – Universidade de Caxias do Sul – UCS, Maria Arisnete Câmara de Moraes – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Maria de Lourdes Albuquerque Fávero – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Maria do Amparo Borges Ferro – Universidade Federal do Piauí – UFPI, Maria Helena Câmara Bastos – PUC-RS, Maria Stephanou – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Marta Maria de Araujo – UFRN, e Paolo Nosella – Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR) e dez estrangeiros (Anne-Marie Chartier – França, Antonio Nóvoa – Portugal, Antonio Viñao Frago – Espanha, Dario Ragazzini – Itália, David Hamilton – Suécia, Nicolas Cruz – Chile, Roberto Rodriguez – México, Rogério Fernandes – Portugal, Silvina Gvirtz – Argentina, e Therèse Hamel – Canadá).

Revista16.indd 182 29/7/2008 17:55:28

- o trabalho pouco e/ou quase nada acrescentou sobre a problemática proposta, ou seja, não traz contribuições expressivas em relação ao que já se conhece sobre o tema;
- as fontes utilizadas não foram analisadas levando-se em consideração o referencial teórico-metodológico empregado no desenvolvimento do trabalho;
- o trabalho apresenta-se em um nível preliminar de análise;
- o diálogo com a historiografia e/ou com outros estudos realizados sobre a temática não foi considerado;
- a construção lógica e coerente do texto deixou muito a desejar;
- o trabalho proposto é um recorte de capítulos de dissertações e teses, sem uma proposição objetiva e estruturada para o formato de artigo.

Os argumentos produzidos pelos pareceristas para aceitar os artigos submetidos à Comissão Editorial são opostos aos apresentados como justificativa às recusas.

É importante ressaltar que, apesar de os pareceristas serem orientados a utilizar critérios objetivos para realizar a avaliação dos artigos, dificilmente escapam à subjetividade (advinda da experiência pessoal de pesquisa) na apreciação dos trabalhos. Além disso, é inevitável reconhecer que a capacidade de arbitrar é sempre limitada pelos próprios constrangimentos do campo, marcado por tensões e consensos (provisórios) entre o que pode e não pode ser dito, entre aquilo que pode e não pode ser aceito, o que é considerado de qualidade ou não. No entanto, acreditamos que os princípios que vêm orientando a produção do saber em história da educação consideram, antes de tudo, os avanços empreendidos na própria construção deste campo de conhecimento.

No que se refere às traduções veiculadas, elas passam pelo crivo da Comissão Editorial, que utiliza como um dos principais critérios a relevância da proposição para o campo da história e historiografia da educação brasileira. No período de 2001 a 2007 foram publicadas nove traduções, em sua maioria encomendadas pela Diretoria, pela Comissão Editorial e outras recebidas a partir de demandas espontâneas.

Na primeira edição, número especial de lançamento, encontra-se o maior número, quatro, todas encomendadas pela Diretoria e pela

Comissão Editorial, que procurou privilegiar temas e questões teórico-metodológicas que estavam emergindo e circulando no campo da história da educação brasileira.

O primeiro dos quatro artigos traduzidos foi "A cultura escolar como objeto histórico"[12], produzido por Dominique Julia[13] e traduzido por Gizele de Souza[14]. O artigo toma a cultura escolar como objeto histórico, procura demonstrar que a cultura escolar só pode ser estudada a partir da análise histórica entre as relações de conflito e consensos que ela cultiva, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas. Na perspectiva de entender a cultura escolar como objeto histórico foram delineados três eixos: centrar nas normas e nas finalidades que regem a escola; analisar o processo de profissionalização do trabalho do educador; e compreender e analisar os conteúdos ensinados e as práticas escolares.

O segundo artigo, "Notas de lugar nenhum: sobre os primórdios da escolarização moderna", foi escrito por David Hamilton[15] e traduzido para a *RBHE* por Luiz Ramires. Esse artigo aborda as iniciativas inovadoras no que se refere aos métodos empreendidas no século XVII pelos autores Hoole e Comenius. Centrado na questão da emergência paralela da escolarização moderna e do Estado moderno, o autor, a partir de uma história cultural, investe na crítica às leituras evolucionárias sobre a escolarização moderna.

"A idéia de Europa no período fascista: análise de um livro de história da pedagogia"[16], de autoria de Giovanni Genovesi[17], é o terceiro

12. Este texto é a tradução do artigo: "La culture scolaire comme objet historique", *Paedagogica Historica – International journal of the history of education*, suppl. series, v. I, coord. A. Nóvoa, M. Depaepe e E. V. Johanningmeier, 1995, p. 353-382).
13. É diretor de pesquisas do CNRS, antigo professor do Instituto Universitário Europeu (Florença), e especialista em história religiosa da educação na época moderna.
14. Professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR).
15. David Hamilton é professor de educação na Universidade de Umeå, Suécia. Quando o artigo "Notas de lugar nenhum" foi escrito ele era professor de educação na Universidade de Liverpool.
16. Esse texto foi apresentado no I Congresso da Sociedade de História Comparada da Educação (SPICAE) ocorrido em Cassino de 25 a 27 de novembro de 1999, sobre o tema "A imagem e a idéia de Europa nos livros escolares de 1900 a 1945". Originalmente esse texto foi publicado na *Ricerche Pedagogiche*, n. 132-133, p. 1-12, em 1999.
17. Professor de pedagogia e de história da educação na Universidade de Ferrara, Itália.

artigo da edição especial e foi traduzido por Maria de Lourdes Menon[18]. O artigo propõe-se a evidenciar a imagem de Europa presente no manual de Michele Federico Sciacca.

O quarto e último artigo traduzido para edição n. 1 foi "Por uma bibliografia material das escritas ordinárias: o espaço gráfico do caderno escolar (França – Séculos XIX e XX)", escrito por Jean Hébrard[19] e traduzido por Laura Hansen[20]. O estudo sobre os cadernos escolares é tomado como um exemplo privilegiado da aplicação dos métodos da bibliografia material aos objetos manuscritos portadores de escrituras ordinárias.

Na *RBHE* n. 2, também publicada em 2001, figura o artigo do pesquisador americano Thomas S. Popkewitz[21] "Reconstituindo o professor e a formação de professores imaginários nacionais e diferença nas práticas da escolarização", traduzido por Mirian Warde[22] e Luiz Ramires. O autor produz uma apresentação sintética sobre o conhecimento da escolarização que delineia o professor e as reformas da formação docente nos Estados Unidos.

Em 2002 foram publicadas duas traduções. Na edição n. 3 figurou o artigo "Um dispositivo sem autor: cadernos e fichários na escola primária", de autoria de Anne-Marie Chartier[23], traduzido por Marta Maria Chagas de Carvalho[24] e Valdeniza Maria da Barra[25]. Nesse artigo

---

Diretor da revista *Ricerche Pedagogiche* e do boletim do Centro Italiano per la Ricerca Storico-Educativa (CIRSE), do qual é o atual presidente.

18. Maria de Lourdes Menon é professora de italiano em Campinas. A tradução foi revista pelo professor doutor Dermeval Saviani.
19. Professor associado ao Centre de Recherche sul le Brésil Contemporain da École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris. Desenvolve pesquisas comparativas sobre a história social das práticas culturais da escrita.
20. Formada em psicologia pela PUC-SP (1997). Doutora pelo Laboratoire de Psychopathologie Fondamentale da Universidade Paris-7 – Denis Diderot. O texto contou com revisão técnica do professor doutor João Hansen.
21. Professor na Universidade de Wisconsin-Madison, Estados Unidos.
22. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, da PUC-SP.
23. Pesquisadora do Service d'Histoire de l'Éducation (SHE) do Institut National de Reserche Pédagogique (INRP).
24. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, da PUC-SP.
25. Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, da PUC-SP.

descreve-se o uso de suportes da escrita da escola primária (cadernos ou fichários); a autora interessa-se por analisar um dispositivo "sem autor", que de maneira muito forte impacta as representações que os alunos e os professores produzem sobre os saberes escolares, de seus conteúdos, de sua hierarquia e de seu valor.

Na edição n. 4 foi publicado o artigo "Os livros escolares da Bibliothèque Bleue: arcaísmo ou modernidade?". Escrito por Jean Hébrard[26], foi traduzido no Brasil por Laura Hansen e Maria Rita de Almeida Toledo[27]. O artigo analisa a produção e a circulação dos livros editados pelos impressores da Champagne, na França, entre os séculos XVII e XIX, dirigidos tanto aos escolares quanto às pessoas que não freqüentavam a escola. O autor analisa a circulação de cartilhas, abecedários, gramáticas e aritméticas editadas com a fórmula editorial denominada de *Bibliohéque Blue*.

Em 2003 nenhuma tradução foi publicada. Em 2004, houve apenas uma tradução proposta por Gisele de Souza, que apresentou texto da pesquisadora italiana Egle Becchi[28] intitulado "Entre biografias e autobiografias pedagógicas: os diários de infância"[29]. A autora analisa e interroga-se sobre a história de infâncias singulares produzidas e divulgadas por meio de diários produzidos por adultos.

Em 2005 e 2006 a *RBHE* não contou com nenhum artigo traduzido. Em 2007, foi publicada a tradução proposta por Maria Helena Câmara Bastos[30] e Sabina Ferreira Alexandre Luz[31] do texto de Jean-Noël Luc "Permanências e mutações dos liceus franceses, do Primeiro Império

26. Pesquisador da École des Hautes Études em Sciences Sociales, Paris.
27. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, da PUC-SP.
28. Professora e pesquisadora da Universidade de Pavia, Itália.
29. Uma primeira versão desse ensaio apareceu como capítulo intitulado "Diari d'infanzia: proposta per l'organizzazione di un archivio" em E. Becchi e A. Semeraro (a cura di), *Archivi d'infanzia. Per una storiografia della prima età*, Milano: La Nuova Italia, 2001, p. 289-310. Para a redação do presente artigo me vali também de um ensaio (no prelo), na revista *Medicina e Storia*, intitulado "Corpi infantilin e nuove paternità: inizi della pediatria moderna".
30. Professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).
31. Aluna do quinto semestre do curso de história da PUC-RS.

ao início do século XXI"[32]. O autor procura estudar a criação dos liceus franceses destacando as transformações ocorridas nos séculos XIX e XX: uma criação contínua (1802 – anos de 1870), a substituição pelo liceu moderno (1880 – reforma de 1902), processo de democratização (1925 e 1945) até a emergência da massificação dos liceus (depois dos anos de 1960).

Os nove artigos traduzidos pela *RBHE* podem ser lidos a partir de vários campos de pesquisa historiográfica, tais como: história do livro, das edições e da leitura; história das políticas e reformas educacionais; história da escolarização elementar e secundária; história da infância; história dos saberes pedagógicos e escolares etc. A importância e a relevância das temáticas abordadas, bem como as perspectivas teórico metodológicas utilizadas pelos autores traduzidos pela *RBHE* acrescentam, enriquecem e afirmam algumas discussões e reflexões que vêm sendo produzidas pelos pesquisadores brasileiros.

É importante ainda destacar que a presença de artigos internacionais produzidos por importantes pesquisadores, traduzidos para o português ou os publicados na sua língua materna (espanhol e português de Portugal), tem sido fundamental para o desenvolvimento do projeto editorial da *RBHE*. Essa prática também aponta para a construção de canais de diálogo e interlocução entre as produções realizadas dentro e fora do país – questão que será objeto de análise no último tópico deste texto.

O dossiê, na configuração da revista, pode ser considerado uma seção e tem chegado à comissão de duas formas: por demanda espontânea e por encomenda. Essa última forma foi uma prática utilizada pela Comissão Editorial na fase inicial da revista, com o duplo objetivo de estimular os pesquisadores a investirem em temáticas pouco pesquisadas na história e historiografia da educação brasileira e assegurar a existência do periódico.

No período de 2001 a 2007, foram submetidos à Comissão Editorial seis dossiês e apenas um foi recusado. Os critérios que regem a proposição e a avaliação dos dossiês são os seguintes: a) devem ter um caráter interinstitucional de forma que ampliem a circulação do debate acadêmico e

32. Professor de história contemporânea da Sorbonne – Université Paris IV.

fomentem os intercâmbios de pesquisa; b) devem ser compostos de uma apresentação e de no mínimo três artigos e no máximo cinco, abordando temáticas de relevância para área da história da educação. Em virtude do volume de artigos que compõem cada dossiê, a comissão tem utilizado três pareceristas para proceder à avaliação dos trabalhos, procurando, assim, agilizar os trâmites para publicá-los.

Em 2002, na edição n. 4 foi publicado o primeiro dossiê sobre o tema "Negro e a Educação". Verifica-se, quando se analisa o editorial dessa edição, que se trata de um dossiê encomendado. A apresentação dos artigos foi realizada pela Comissão Editorial, que enfatizou a importância do tema para a história da educação no país[33].

Em 2003, 2004, 2005 e 2007, todos os dossiês submetidos foram propostos por pesquisadores brasileiros, alguns em parceria com pesquisadores estrangeiros. Em 2003 foi publicado o dossiê "O público e o privado na educação brasileira", organizado por Libânia Nacif Xavier. Em 2004, o dossiê "Tempos sociais, tempos escolares", organizado por Maria Cristina Gouvêa e Lucía Martinez Montezuma, em uma parceria estabelecida entre os pesquisadores brasileiros e mexicanos.

Em 2005, foi publicado o dossiê "Arquivos escolares: desafios à prática da pesquisa em história da educação", organizado por Diana Vidal. Os trabalhos reunidos foram apresentados anteriormente no I Encontro de Arquivos e Museus Escolares[34].

Em 2006, quatro dossiês foram encaminhados à *RBHE* (ver Quadro 1), três foram aprovados e um recusado. Em 2007 dois dossiês foram publicados, o primeiro organizado por Rosa Fátima de Souza sobre a temática "A cultura material na história da educação: possibilidades de

33. Cabe assinalar que os dois artigos sobre o ensino de história da educação ("O ensino da história e a produção de sentidos na sala de aula", de Clarice Nunes, e "A história da educação programada: uma aproximação da história da educação ensinada nos cursos de pedagogia em Belo Horizonte", de Luciano Mendes Faria de Filho e José Roberto Gomes Rodrigues) deveriam integrar um dossiê a respeito dessa problemática, que não foi possível efetivar, em virtude da não-disponibilidade dos outros pesquisadores que haviam sido convidados para colaborar.

34. I Encontro de Arquivos e Museus Escolares foi promovido pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação (NIEPHE), realizado na Faculdade de Educação da USP, em 2005.

pesquisa"[35]. O segundo será publicado na *RBHE* n. 15 sobre o tema "História da profissão docente no Brasil e em Portugal" e foi proposto por pesquisadores brasileiros e portugueses, Ana Waleska Pollo Mendonça e Jorge Manuel Nunes Ramos do Ó[36].

Os vários dossiês encaminhados nos dois últimos anos podem ser analisados de três maneiras: uma primeira como um indicativo do amadurecimento e uma maior articulação entre as pesquisas, os pesquisadores e os grupos de pesquisas existentes no país. Um segundo aspecto refere-se à aproximação e maior interlocução entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros, destacando, nesse caso, México e Portugal.

Por último, quanto às temáticas eleitas como objeto dos dossiês, elas indicam a abordagem de temas ainda pouco pesquisados na história da educação, como foi o caso do primeiro dossiê "Negro e a Educação". Apontam também a relevância de novos temas para a história da educação, tais como: *cultura escolar*, *cultura material*, *arquivos escolares*. Além disso, trazem temas mais consolidados como o da *história da formação docente*.

Ainda sobre a composição da revista temos as resenhas (26) e as notas de leitura (8). Inicialmente a proposta da Comissão Editorial era que fossem publicadas em cada edição duas resenhas e uma nota de leitura, mas ao verificarmos a distribuição desses textos nas 14 edições publicadas (ver Quadro 1) temos o seguinte retrato: em 2001 foram publicadas três resenhas; em 2002 quatro; em 2003 sete; em 2004 três; em 2005 três; em 2006 quatro e em 2007 duas. Se pensarmos que a revista até 2006 foi semestral, chega-se a uma média de quatro resenhas por ano. No entanto, ao cotejarmos o número de resenhas publicadas por edição, pode-se verificar que a distribuição por números foi desigual: na edição número 6, por exemplo, foram publicadas três resenhas e uma nota de leitura, havendo números em que houve a publicação de uma resenha e

35. Os textos que figuram nesse dossiê foram apresentados no IV CBHE, realizado em Goiânia, em 2006.
36. O dossiê origina-se da comunicação coordenada de mesmo título, apresentada no VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, realizado em Uberlândia, em 2006. Acrescentou-se o trabalho de Ana Maria Magaldi, da UERJ e integrante da equipe de pesquisadores.

outros em que não houve publicação de nota de leitura, como é o caso do número 13. Isso pode indicar que em 2002 e 2003 a comissão se valeu de um maior fluxo de resenhas para assegurar a publicação da revista. De todo modo, as resenhas e as notas de leitura na composição do projeto editorial devem manter-se como objeto de reflexão e preocupação para os editores, de modo que assegurem a continuidade de um projeto da revista com espaço próprio para dar visibilidade à produção intelectual do campo, por meio de resenhas ou notas de leitura.

## A *RBHE*: lugar institucional de produção

A *RBHE* tem o propósito de constituir-se e consolidar-se como um periódico nacional, portanto, que figure em suas páginas a produção de pesquisadores, grupos de pesquisa e/ou programas de pós-graduação de todo o país. A análise da proveniência institucional da produção veiculada pela revista ajuda a pensar o que se tem processado entre o proposto e aquilo que vem sendo efetivamente produzido no/pelo periódico. De modo equivalente, demonstra os lugares de produção da pesquisa em história da educação, as estratégias de legitimação acionadas pelos pesquisadores e também aqueles que reconhecem o periódico como lugar a ser legitimado e de sua própria legitimação no campo.

Na sistematização dos dados (Quadro 2) levaram-se em consideração as informações fornecidas pelos próprios autores à época da publicação do artigo. É importante também ressaltar que vários autores explicitam mais de uma vinculação institucional. Isso ocorreu principalmente nos casos em que eles estavam fazendo pós-graduação em outros programas, ou seja, fora da sua instituição de origem.

Pode-se verificar, como mostra o Quadro 2, que a produção publicada na *RBHE* é proveniente de 30 instituições de quatro regiões do país: Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Nordeste. Não há nenhuma participação de instituições de ensino superior da Região Norte. O que mais chama a atenção é a grande concentração de trabalhos provenientes da Região Sudeste (72%); em segundo lugar da Região Sul (15%); na seqüência a Região Nordeste (8%) e por último a Região Centro-Oeste (5%).

Quadro 2 – Proveniência de artigos brasileiros para *RBHE*

| Região | Instituições | Recorrência |
|---|---|---|
| Sudeste | USP | 16 (20%) |
| | UFMG | 10 (12%) |
| | PUC-SP | 7 (9%) |
| | UNESP | 6 (8%) |
| | UERJ | 5 (7%) |
| | UFRJ | 4 (5%) |
| | PUC-RJ | 2 (2%) |
| | UFF | 2 (2%) |
| | UNICAMP | 2 (2%) |
| | CEFET-RIO | 1 (1%) |
| | ISERJ | 1 (1%) |
| | UNIRIO | 1 (1%) |
| | UNIBAN | 1 (1%) |
| | UEMC-MG | 1 (1%) |
| | UFSCAR | 1 (1%) |
| | Subtotal (15 instituições) | 60 – (72%) |
| Sul | UFPR | 4 (5%) |
| | UFPEL | 2 (2%) |
| | PUC-RS | 2 (2%) |
| | UDESC | 1 (1%) |
| | UFRGS | 1 (1%) |
| | UNIOEST-PR | 1 (1%) |
| | Universidade Luterana/RS | 1 (1%) |
| | Universidade Tuiuti/PR | 1 (1%) |
| | Subtotal (8 instituições) | 13 – (15%) |
| Nordeste | UFS | 3 (4%) |
| | UFRN | 2 (2%) |
| | UFPE | 1 (1%) |
| | Fac. Pio X e rede estadual Sergipe | 1 (1%) |
| | Subtotal (4 instituições) | 7 – (8%) |
| Centro-Oeste | UFMT | 2 (2%) |
| | UCG-GO | 2 (2%) |
| | UEG | 1 (1%) |
| | Subtotal (3 instituições) | 4 – (5%) |
| Norte | - | - |
| Total Geral | 30 instituições | 85 – (100%) |

Os dados revelam a hegemonia da Região Sudeste em relação às demais, tanto no que se refere ao número de instituições (15) que publicaram na *RBHE*, quanto ao número de recorrências. De uma maneira geral, o levantamento da produção disseminada na *RBHE* não chega a surpreender e confirma a tendência já evidenciada por vários outros balanços produzidos no país nos últimos anos, ou seja, a concentração da produção acadêmica nos lugares em que os programas de pós-graduação são mais numerosos, alguns de grande porte e onde já se encontram mais consolidados. Não se deve estranhar, por exemplo, a expressiva presença de artigos associados à USP e à UFMG, posto que são programas de grande porte e de larga tradição no campo educacional.

No entanto, gostaríamos de chamar atenção para mais um ponto relativo a essa concentração. O elevado índice de trabalhos vinculados a instituições de ensino superior do Sudeste pode ser matizado ao tomarmos, por exemplo, o caso de São Paulo, em que se encontram instituições que possuem programas de pós-graduação consolidados, que acabam recebendo um número significativo de pessoas de outros estados para cursar o mestrado e doutorado[37]. Observa-se que alguns autores que publicaram artigos na revista, ao indicar sua vinculação institucional, optaram por mencionar tanto sua instituição de origem quanto aquela na qual estavam estudando. Desse modo, como optamos por considerar todas as vinculações atribuídas pelos autores, isso pode ajudar a compreender a concentração das instituições do Sudeste neste levantamento, posto que em alguns casos os autores assumiam um duplo pertencimento.

A *RBHE* também pode ser lida como um lugar de visibilidade da produção realizada pelos investigadores que atuam no campo da história e historiografia da educação, considerando as várias instâncias organizadoras da pesquisa histórica produzida no país e fora dele. Devemos

37. De acordo com Vidal et al. (2005), "entre 1970 a 2003, a PUC-SP foi a universidade na qual se realizou o maior número de mestrados (42%), seguida pela UNICAMP (23%) e a UFSCAR (20%), sendo digno de nota a menor participação da USP (9%). Com relação ao doutorado, o quadro se altera: a UNICAMP, cuja produção remonta ao início dos anos de 1980, destaca-se com 36%, e a USP com 26% dos trabalhos, realizados sobretudo entre 1991 e 2003".

compreender tais instâncias não apenas como lugares de socialização do que se produz; mas, do mesmo modo, como lugares em que problemas e abordagens específicos comparecem, podendo inclusive pautar a reflexão em unidades de pesquisa e programas de pós-graduação. Nesse sentido, a *RBHE* também se constitui em matéria que exprime e dialoga com o que vem sendo produzido pelo grupo de trabalho (GT) de História da Educação, pela SBHE, pelos seminários e congressos nacionais e internacionais que vêm sendo promovidos no país e fora dele. Além disso, temos de considerar o peso das relações internacionais configuradas em projetos bilaterais e multilaterais, por meio de professores visitantes, doutorados e pós-doutorados, por exemplo.

A análise da produção, considerando instituições e regiões de pertencimento, evidenciou, no mínimo, dois importantes aspectos. O primeiro indica que o lugar de produção da pesquisa em história da educação ainda tem sua maior concentração na Região Sudeste, o que também já vinha sendo apontado por outros balanços. É interessante destacar que, apesar disso, temos verificado uma ampliação do número de pesquisadores/instituições que vêm optando por publicar resultados de suas pesquisas na *RBHE*.

O segundo aspecto revela que a participação de outras regiões na veiculação de sua produção na *RBHE* ainda é pequena; no caso específico na Região Norte nenhuma inserção. Apesar de sabermos que esse fato está, em parte, relacionado à consolidação do lugar e da produção de pesquisas de história da educação no âmbito dos programas de pós-graduação existentes nos demais estados brasileiros, deve-se buscar alternativas para que esse quadro seja modificado, ainda que a *RBHE* tenda a exprimir a produção qualificada existente no campo, sendo esse aspecto visceralmente associado à rede de pesquisa existente no país.

O retrato aqui estampado acabou por constatar uma situação que já era de conhecimento da Comissão Editorial, mas que ainda não havia sido dimensionada com precisão. Fica para todos nós o desafio de refletir acerca desta situação no sentido de conferir ainda mais à *RBHE* o caráter de publicação de ancoragem nacional e internacional.

## Tempos, espaços e temas de pesquisa na *Revista Brasileira de História da Educação*

Nesta parte do balanço, perguntamo-nos que períodos históricos, espaços, temas e objetos de estudo têm merecido maior atenção dos pesquisadores. Para responder a essas questões, analisamos o *corpus* documental de 98 artigos, incluindo traduções e dossiês, do total de 101 textos publicados na revista. Não inserimos três textos publicados na seção "Memória do Ensino e da Pesquisa em História da Educação"[38], por terem justamente sido escritos nos anos de l960 e l970. Esses textos apareceram na revista com o intuito de homenagear professores eméritos e dar visibilidade às suas reflexões e iniciativas de transformação na forma de apresentar a disciplina e encaminhar as pesquisas no campo da história da educação brasileira. No entanto, eles foram basilares para a nossa abordagem da identificação dos tempos, espaços e temas presentes nos artigos, por apresentarem questões desafiadoras para a pesquisa histórica e, por comparação, darem certa medida das transformações ocorridas nas definições de objetos de ensino e de pesquisa.

Geraldo Bastos da Silva escreveu "Educação e desenvolvimento nacional" (*RBHE*, n. 6, 2003) em l965 para o III Curso de Treinamento de Pessoal em Planejamento Educacional, oferecido pela Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério do Centro Regional de Pesquisas Educacionais "Prof. Queiroz Filho" (CRPE-SP). O texto parte da noção de transplante cultural e das teorias desenvolvimentistas; faz a abordagem sociológica da educação brasileira e discute os rumos de pesquisa para a solução de problemas advindos da expansão do sistema de ensino no Brasil, nos anos de l950. Aqui reteremos a disposição socioistórica da análise e seu direcionamento para as questões do "tempo presente" contida nesse artigo e que marca parte do debate em história da educação até hoje.

O texto de Casemiro Reis Filho, "Transplante da educação européia no Brasil" (*RBHE*, n. 3, 2002), é resultado de preparações de aulas

38. A denominação "seção", embora não esteja presente nos sumários da revista, foi adotada neste texto para afirmar, destacar e lembrar que se tratava de um elemento do projeto editorial, de publicar textos relevantes da história da produção acadêmica e de ensino, proposto pela primeira Comissão Editorial da revista.

Revista16.indd 194 29/7/2008 17:55:32

ministradas na PUC-SP na primeira metade da década de l970. Aplica a teoria hegemônica no período, de entender as relações entre movimento cultural e educacional internacional e a história da educação brasileira. Nesse texto, estuda-se a singularidade dos modelos culturais e de escolarização do Renascimento, detendo-se na análise do caso específico do contexto cultural e educacional de Portugal no período. Conseqüentemente, aborda indiretamente o tema da educação comparada – hoje uma vertente consolidada dos estudos historiográficos –, a qual tem favorecido a compreensão facetada das trocas e apropriações culturais e educacionais entre espaços nacionais e transnacionais.

"A educação brasileira e sua periodização" (*RBHE*, n. 2, 2001), texto de Laerte Ramos de Carvalho, foi escrito em l971 para o Encontro Internacional de Estudos Brasileiros e I Seminário Internacional de Estudos Brasileiros, promovido pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP). Aproveita o esforço inicial do grupo de pesquisadores da Faculdade de Educação da USP, que dirigiam suas pesquisas para os séculos XVI ao XIX e davam mais atenção a momentos-chave da formação do pensamento e da prática educacional brasileira nos anos de l920 e l930, para problematizar a periodização tradicional da história da educação brasileira (Bontempi Jr., 2003). A partir das conclusões parciais dessas pesquisas e no arrolamento de fontes específicas da história da educação paulista, Laerte Ramos de Carvalho considerava inadequado que as pesquisas acompanhassem a periodização da história política e administrativa brasileira. Por esse modelo, muitos elementos seriam obscurecidos e ele não permitiria adentrar e descobrir periodizações específicas da realidade escolar e do sistema educacional brasileiro. Atentemos ao fato de Laerte Ramos de Carvalho referir-se *aos estudos da escola brasileira*, em oposição a idéias mais gerais como a de *estudos de educação brasileira*. É de supor-se que ali estava ocorrendo um ponto de inflexão nessa história da historiografia brasileira, exatamente no modo de os pesquisadores construírem seus objetos de pesquisa.

Balizados por essas considerações e retomando os balanços anteriores produzidos na área, demos especial atenção à leitura dos artigos para a organização de agrupamentos específicos dos tempos, espaços e temas. Procurou-se identificar as intenções dos autores na construção de seus

recortes temáticos, que, muitas vezes, visitaram as fontes tradicionais, dando ênfase a novos aspectos e, portanto, construindo novos objetos de estudo. Esse fenômeno também se relaciona a um complexo processo de especialização das técnicas de análise documental, que levou, por sua vez, à transformação de fontes em objetos e tema de investigação.

No estudo dos tempos das pesquisas, elaboramos uma classificação que nos permite visualizar duas abordagens temporais: a) estudos com periodização determinada, acompanhando os marcos específicos do tema e da fonte escolhida; b) estudos com temporalidade alargada, que abordam uma temática na longa duração. Adotamos o critério de excluir dessa análise os textos de cunho historiográfico, por constituírem-se em estudos de reflexão teórica e balanço de outras pesquisas, que, naturalmente, trazem referência a múltiplos tempos, os quais não são derivados de investigação específica do autor.

Quadro 3 – Tempos Privilegiados da Pesquisa

| Tempos | Número de artigos | Porcentagem |
|---|---|---|
| Estudos com periodização definida | | |
| Anterior ao século XIX | 3 | 3,6 |
| 1900 até cerca de l890 | 23 | 27,8 |
| Anos de l890 aos anos de l920 | 17 | 20,5 |
| Anos de l930 aos anos de l960 | 25 | 30,1 |
| Anos de l970 aos anos de 2000 | 6 | 7,2 |
| Subtotal | 74 | 89,2 |
| Estudos de longa duração | | |
| Séculos XII ao XX | 1 | 1,2 |
| Séculos XVI ao XX | 2 | 2,4 |
| Séculos XVII ao XIX | 1 | 1,2 |
| Séculos XVII ao XX | 1 | 1,2 |
| Séculos XIX ao XX | 3 | 3,6 |
| Século XX | 1 | 1,2 |
| Subtotal (longa duração) | 9 | 10,8 |
| Total Parcial | 83 | 100 |
| Historiografia | 15 | |
| Memória do Ensino e da Pesquisa | 3 | |
| Total | 101 | |

Revista16.indd 196 29/7/2008 17:55:32

Com relação à periodização dos objetos de estudo, percebe-se a concentração de trabalhos sobre os séculos XIX e XX, em torno de 78%, nos textos com marcos históricos determinados. O século XIX tem participação significativa nos estudos: 27,8%. Segue-se, nesses estudos, a tendência de voltarem-se para os eventos pré e pós-Independência e para as variedades de modelos e instituições educacionais ensaiados durante o Império. Observa-se, no entanto, o crescente interesse pelos estudos sobre a expansão do ensino e novas formas de organização escolar a partir do final do século XIX e ao longo do século XX, com dois períodos significativos: 1) entre os anos de l890 e l920 (20,5%) e 2) entre os anos de l930 e l960 (30,1 %). O intervalo de l970 aos dias atuais conta com 7,2 % dos estudos, indicando a tendência ainda tímida para o estudo de aspectos da história recente da educação. Esses marcos temporais confirmam a orientação anunciada desde os anos de l990 pelos pesquisadores da área, em seus diversos balanços. Os pesquisadores vêm buscando periodizações mais afinadas com a história da escola, das políticas públicas e das práticas de ensino; além de colocarem em xeque os marcos da história política e administrativa e de narrativas da história da educação brasileira que diziam estar concentrada toda a ação histórica no momento da proclamação da República, nos anos de l920 e no período Vargas (Catani, 2003; Carvalho, 1993).

A história da educação no período colonial não aparece contemplada nos estudos de recorte específico, mas é objeto de reflexão de um texto historiográfico de Thaís Nívia de Lima Fonseca. A autora alerta-nos exatamente para a necessidade de explorar fontes ainda pouco conhecidas pelos historiadores da educação para avançarmos na "investigação de processos e de práticas educativas no cotidiano da sociedade colonial, que envolvem trocas culturais sobre técnicas, ofícios e saberes provenientes de várias origens culturais" (Fonseca, n. 12, 2006). Todos os artigos que se referem aos séculos anteriores ao XIX tratam da história geral da educação e efetuam investigação sobre os marcos históricos do processo de escolarização moderna na sociedade européia; ora de um ponto de vista da longa duração, ora analisando um autor e seu sistema de pensamento ou uma fonte específica. As raízes históricas da escola moderna estão localizadas em eventos desde o século XII até o século XIX, dependendo da perspectiva proposta por cada pesquisador.

Quadro 4 – Espaços privilegiados nas pesquisas

| Espaços | Número de artigos | Porcentagem |
|---|---|---|
| Brasil | 64 | 65,3 |
| Europa (Itália, França e Portugal) | 17 | 17,4 |
| América Espanhola | 10 | 10,2 |
| Estados Unidos | 2 | 2,0 |
| Estudos comparados | 5 | 5,1 |
| Total | 98 | 100 |

Dentro dos objetivos de internacionalização e intercâmbio de pesquisadores manifestados pela revista, o total de artigos relacionados à história da educação em outros países corresponde a 29,6%, predominando os estudos sobre os modelos escolares europeus e os sistemas escolares da América espanhola. Esse número indica o esforço das diversas editorias em promover trocas entre pesquisadores brasileiros e de outros países. Nota-se o interesse ainda que reduzido pelos estudos comparados (5,1%).

No que se refere aos temas dos artigos, estes encontram-se mapeados no quadro que segue, no qual procuramos classificar os artigos pelas suas ênfases, ainda que reconhecendo a existência de fronteiras permeáveis entre eles, dado tanto ao caráter do artigo, como da grade de classificação que estamos adotando.

A leitura do quadro de temas de pesquisa confirma a tendência apontada por Denice Bárbara Catani e Luciano Mendes Faria Filho da "explosão de temas e objetos de investigação" (in Gondra, 2005). No entanto, como os próprios autores dizem, é possível levantar a hipótese de que nessa "aparente dispersão" observa-se a consolidação de certas linhas de pesquisa voltadas às práticas escolares, às relações entre os saberes produzidos para e por professores e para os processos mais amplos de ordenamento da escola. Os agrupamentos que tratam mais de perto desses problemas de investigação correspondem a 27 % dos artigos. Neles relacionamos os artigos sobre a história dos impressos educacionais; história da profissão docente; cultura escolar (tempos escolares) e história da escolarização. Questões próprias da profissão docente, por sua vez,

Quadro 5 – Temas privilegiados nas pesquisas

| Temas | Número de artigos | Porcentagem |
|---|---|---|
| Idéias educacionais, sistemas de pensamento e intelectuais da educação | 17 | 17,4 |
| Historiografia da educação | 15 | 15,3 |
| Sistemas escolares e políticas educacionais | 14 | 14,3 |
| Impressos educacionais | 10 | 10,2 |
| Profissão docente | 10 | 10,2 |
| Cultura material | 7 | 7,2 |
| Disciplinas escolares | 5 | 5,1 |
| Cultura escolar (tempos escolares) | 5 | 5,1 |
| Questões étnico-raciais e educação | 4 | 4,1 |
| Instituições escolares | 4 | 4,1 |
| Infância | 2 | 2,0 |
| Escolarização em âmbito mundial | 2 | 2,0 |
| Ensino de história da educação | 2 | 2,0 |
| História da educação feminina | 1 | 1,0 |
| Total | 98 | 100 |

estão presentes tanto no agrupamento específico quanto no da história dos impressos, em que se aborda o assunto por meio da análise de manuais pedagógicos para professores, periódicos educacionais, representações da profissão, modelos e políticas de formação de professores.

Quanto aos artigos acerca das idéias educacionais e história dos intelectuais da educação (17,4%), enfatizam-se, em alguns deles, as redes de sociabilidade, a circulação e apropriação de idéias e a representatividades destas em contextos amplos. Estuda-se assim o pensamento de Diderot, Silvio Romero, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Anísio Teixeira e as idéias educacionais dos anarquistas e do discurso jornalístico, além de estudos sobre as influências e apropriações da Ilustração, do pensamento norte-americano, do catolicismo e das ciências de educação na construção de ideários educacionais.

Uma maneira de buscar a reconstrução histórica dos sentidos e dos ambientes propagadores de discursos – os quais derivam e ao mesmo tempo produzem a prática social – pode ser vislumbrada nos estudos do

imaginário e das representações sobre a escola e sobre professores. Por exemplo, os artigos a respeito da celebração do Dia do Professor (Vicentini, n. 8, 2004), das revistas sendo utilizadas como suportes de memória (Lopes, n. 9, 2005) e dos objetos da cultural material, como os troféus, que simbolizam a excelência escolar (Ficarelli & Souza, n. 14, 2007).

Identificamos a porcentagem de 15,3% de estudos de natureza historiográfica, demonstrando a presença dessa preocupação junto à comunidade de historiadores da educação, que terminam por instituir a revista em um espaço de reflexão a respeito dos caminhos e os modos de pesquisa em história da educação. A composição desses textos decorre de perspectivas teóricas, escalas e níveis de aprofundamentos diversificados, conforme se pode observar pela breve descrição do teor dos artigos: ensaio sobre a cultura escolar como objeto de investigação (Julia, n. 1, 2001), proposta de estudos comparados (Nóvoa, n. 1, 2001), balanços historiográficos a respeito do campo de pesquisadores da Região Nordeste (Araújo, n. 5, 2003) e sobre o negro na história da educação brasileira (Fonseca, n. 15, 2007); análise da periodização da educação brasileira (Bontempi Jr., n. 5, 2003); abordagens interdisciplinares da história da cultura escrita (Gomes, n. 5, 2003), da história cultural e teoria literária (Oliveira, 2004) e da história da educação na América portuguesa (Fonseca, n. 12, 2006); e o dossiê sobre arquivos escolares que põe em discussão as potencialidades entrevistas na organização de arquivos para os estudos historiográficos e para a constituição da memória da educação brasileira (n. 10, 2005).

Os artigos relacionados a sistemas escolares e políticas educacionais perfazem 14,3% do total. Apresentam variação de temas, fontes e abordagens. Em alguns deles busca-se levantar, descrever e identificar as principais idéias veiculadas nos textos oficiais de natureza educacional (legislação escolar, relatórios dos presidentes de província e de inspetores e documentação de diretores e professores). Compõem esse grupo os seguintes objetos de estudo: história da política educacional em Minas Gerais; os planos de estudo das escolas públicas elementares do Paraná; o clientelismo na instrução pública na Amazônia; análise de um exame de concurso para o cargo de professor do magistério primário de l894, todos esses tratando do século XIX. Dois artigos analisam as questões

que envolvem a produção de dados estatísticos educacionais e sinalizam quanto à fertilidade e às potencialidades desses estudos para ampliação do conhecimento histórico.

Em outros artigos a atenção volta-se para fontes tradicionais da história da educação como os textos constitucionais, o debate legislativo e dos campos educacional e científico. Nessa linha, um deles discorre sobre o ato adicional de l834; outros sobre as fronteiras entre o "público" e o "privado", cruzando informações sobre a história do Brasil e a história da educação (dossiê "Público e privado na educação brasileira", n. 5, 2003), além de a Reforma Universitária e a criação das Faculdades de Educação.

Os sistemas escolares de outros países, Estados Unidos e México, são contemplados pela revista, bem como encontramos um artigo de história da educação comparada entre Portugal e Santa Catarina, Brasil.

Esses temas que tratam do funcionamento do poder na escola têm sido objeto de reflexão de alguns pesquisadores, principalmente quanto à questão dos instrumentos analíticos adequados para o aproveitamento de documentação produzida pelo Estado. Na revista alguns artigos desse agrupamento trazem explicitados o uso de referenciais teóricos para a interpretação das fontes. Dois textos apóiam-se na teoria de Foucault sobre as tecnologias de ordenação escolar (Souza, n. 9, 2005; Neves, n. 13, 2007), um fundamenta-se no conceito de disputa simbólica desenvolvido por Bourdieu (Gil, n. 13, 2007) e outro refere-se aos conceitos de ideologia, conforme a leitura de Marilena Chauí e de "sujeito histórico", a partir de Otávio Ianni (Nepomuceno & Guimarães, n. 13, 2007).

Em contrapartida, encontramos dois trabalhos que abordam o tema como um "problema" de pesquisa historiográfica. Propõem a revisão da tradicional história da legislação educacional, na qual se faria a leitura da fonte como expressão da realidade e se reproduziria o discurso da administração escolar. Um deles procura mostrar a importância da ação política no campo da instrução pública e as possibilidades que essas fontes oferecem para entender a "pluralidade de momentos de fazer da política" e as "formas de apropriação de dados produzidos por instâncias subordinadas do sistema escolar" (Rezende & Faria Filho, n. 2, 2001). O outro expõe extensivamente os modos pelos quais o texto oficial pode ser concebido, dependendo da problemática da investigação e destaca

a importância de entendê-lo na sua dimensão de intertextualidade, contendo, nele mesmo, discursos de diversos grupos sociais (Correa & Silva, n. 8, 2004).

Nessa medida, os estudos indicam o esforço dos investigadores em aprimorar seus instrumentos de pesquisa, apresentando no momento resultados muito variados. Alguns deles acrescentam dados e objetos de investigação para compor, no futuro, novos estudos historiográficos. Estes, na revista, efetuam a análise textual, assinalando os significados das idéias, termos e imagens sobre a escola. Uma perspectiva como essa permite compreender quais as questões fundamentais que foram sendo consagradas no campo educacional brasileiro desde o século XIX. Assim temos a descrição dos *topoi* dos discursos, constituindo-se em um arquivo de assuntos considerados relevantes pelos atores sociais nos diversos períodos históricos. Mas a política educacional, materializada em textos, não surge no vazio, nem se pode fixar de antemão a sua função e intencionalidade. Esses textos podem constituir-se em estratégias de imposição de modelos ou ser resultado da aceitação de pressões de grupos sociais ou constituírem-se em formalização de práticas que se consolidaram com o tempo (Correa & Silva, n. 8, 2004). Pensando na prática de fazer balanços – com suas "escavações cautelosas e tateantes" –, a leitura de alguns artigos veiculados na revista nos conduziria a outras "direções" e a possíveis "ultrapassagens", que focalizassem mais de perto o funcionamento do poder escolar; por meio da reconstrução histórica do texto legal, na qual se ressaltassem as trocas, apropriações e tensões entre discursos.

## Fontes documentais nos artigos da *Revista Brasileira de História da Educação*[39]

Diversos trabalhos realizados nos últimos anos na área de história da educação que tomam como objeto de análise o próprio campo e sua

39. Para a realização do levantamento das fontes utilizadas nos artigos da *RBHE*, contamos com a valiosa colaboração de Poliana Janaína Prates de Oliveira.

produção sinalizam que a área tem, nas últimas décadas, no Brasil, mas também em outros países[40], assistido a uma renovação em seus objetos, problemas e também no uso das fontes documentais. De modo semelhante ao que ocorreu na pesquisa histórica de modo geral[41], na produção em história da educação teria havido um alargamento das fontes, demandado pela própria ampliação dos objetos. Além desse alargamento, alguns autores apontam que tem havido um novo uso para fontes convencionais. Perguntamo-nos, então: que fontes foram privilegiadas pelos autores que publicaram artigos nos primeiros anos de existência da *RBHE*? Poderíamos também observar, na revista, esse movimento de ampliação das fontes? Que documentos têm sido mais utilizados pelos pesquisadores? Em pesquisas em que predominam fontes tradicionalmente utilizadas em pesquisas, tem havido uma ressignificação dessa documentação?

Inicialmente, podemos observar que as fontes ocupam, nos artigos publicados na revista, três lugares diferenciados[42]. Na maior parte dos artigos – aqueles que decorrem de pesquisas realizadas por seus autores (76% dos casos) –, elas servem de sustentação para a análise realizada e para a apresentação e discussão dos resultados. Nos artigos que se configuram como ensaio[43] (24% dos casos), por sua vez, as fontes podem ocupar três

40. Ver, por exemplo, Compère (1995).
41. Não interessa retomar esse movimento de ampliação e ressignificação das fontes documentais que tem caracterizado a produção historiográfica no século XX, desencadeado, principalmente, pelos Annales.
42. Para a realização da presente análise tomamos como base o texto integral dos artigos, na medida em que raramente os seus resumos explicitam as fontes utilizadas.
43. Classificamos como ensaios aqueles artigos que, embora versem sobre temáticas que interessam aos pesquisadores da área, não advêm, diretamente, de pesquisas específicas. Nessa categoria, incluímos os três artigos escritos por autores clássicos no campo – Laerte Ramos de Carvalho (n. 2, 2001), Casemiro dos Reis Filho (n. 3, 2002) e Geraldo Bastos Silva (n. 6, 2003) – produzidos nas décadas de 1960 e 1970 e republicados na revista. Estão incluídos também artigos de síntese ou de teorização, elaborados em grande parte por autores estrangeiros, como é o caso do artigo de Dominique Julia, publicado no primeiro número da revista e que já se tornou referência obrigatória entre os que pesquisam cultura escolar (n. 1, 2001), ou do trabalho de Castillo Gómez (n. 5, 2003), que faz um balanço das tendências que regem a elaboração de pesquisas sobre história da cultura escrita. Entre os artigos de autores brasileiros que realizam esse esforço, podem ser citados os trabalhos de Marcus Vinícius Fonseca (publicados nos números 4 e 13, respectivamente, em 2002

papéis distintos: a) podem ser o tema do próprio artigo[44]; b) podem ser utilizadas como elemento para a argumentação tecida pelo(s) autor(es) para apresentar um tema; c) não são citadas em nenhum momento do artigo.

Para realizar a análise aqui proposta, privilegiamos os artigos que trouxessem resultados de pesquisa e os ensaios que versassem sobre fontes ou que delas fizessem uso.

## *As fontes mais utilizadas*

Para sistematizar nossa análise, as fontes predominantes nos artigos analisados foram classificadas[45] em cinco grandes grupos: 1) documentos oficiais, ou seja, aqueles emanados do Estado; 2) obras de grandes educadores; 3) documentos elaborados por formadores de opinião, como a grande imprensa e a imprensa pedagógica; 4) fontes produzidas por agentes mediadores entre saberes que circulam fora da escola e saberes escolares, como os manuais; 5) documentos produzidos por instituições educativas; 6) fontes produzidas pelos sujeitos da ação educacional, como professores e alunos.

Como se pode perceber, as fontes utilizadas foram categorizadas, utilizando-se como princípio geral a identificação dos agentes de sua produção. Como ocorre em toda classificação, certamente há certo grau de arbitrariedade na que realizamos. Acreditamos, no entanto, que ela pode servir como ponto de partida para uma reflexão mais aprofundada sobre a produção no campo da história da educação.

Como se pode observar, os dois primeiros grupos reúnem fontes tradicionalmente utilizadas em pesquisas da área de história da educação

---

e em 2007), sobre o lugar ocupado pela educação dos negros na historiografia, e o de Thaís Fonseca (n. 12, 2006), sobre perspectivas de pesquisa sobre a história da educação colonial. Configura-se também em um ensaio um dos dois únicos artigos publicados na revista sobre o ensino de história da educação (Nunes, n. 3, 2003). Como detalharemos a seguir, também incluímos na categoria ensaio os trabalhos que problematizam, especificamente, o uso de certas fontes documentais.

44. É o caso, por exemplo, do artigo de Egle Becchi, sobre os diários de infância (n. 8, 2004), ou dos seis artigos reunidos no dossiê "Arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em história da educação", publicado no n. 10 da *RBHE*, em 2005.
45. Outra proposta de classificação é discutida por Mogarro (*RBHE* n. 10, 2005).

que, como já mostraram alguns trabalhos (cf. Nunes & Carvalho, 1992, 2005), em suas primeiras décadas de produção, concentrava as suas investigações nas normatizações impostas para a escola (por meio da análise da legislação) e no pensamento de grandes educadores (por meio da análise de suas obras). Os quatro últimos conjuntos expressam, por sua vez, em nossa avaliação, a concretização do processo de ampliação das fontes na área.

Nessa classificação, consideramos apenas os artigos que, como já mencionamos, utilizam fontes documentais como base para a apresentação dos resultados de pesquisa ou, no caso dos ensaios, as tomam como objeto de problematização ou a elas se referem para tecer a sua argumentação. Dos 101 artigos publicados na revista, 84 dizem respeito a esses casos. É sobre esse universo, portanto, que teceremos as nossas análises e considerações.

Uma primeira constatação que pode ser feita é a de que a documentação oficial é a fonte predominante nos artigos analisados: em 26 artigos (ou seja, em 31% dos casos), elas constituem a "matéria-prima" da pesquisa realizada. Além disso, elas configuram-se como suporte lateral, ou seja, como fonte complementar, em outros 22 artigos. As fontes emanadas pelo Estado são referidas, portanto, em mais da metade (57%) dos artigos publicados na revista. Como esse dado pode ser interpretado? Uma análise superficial poderia levar-nos a supor que a produção recente da área de história da educação é, ainda, bastante conservadora no uso das fontes. Estaríamos repetindo os mesmos procedimentos utilizados pelas primeiras gerações de historiadores da educação? Essa constatação parece-nos, apenas em parte, verdadeira. A rigor, a legislação educacional[46] – constituições do Império e da República, emendas constitucionais, leis, atos do governo, decretos, pareceres e portarias que normatizam as reformas, os regulamentos, os regimentos, os estatutos e os programas de ensino –, fonte tradicionalmente privilegiada na pesquisa histórica da educação, é, no universo analisado, apenas uma das fontes utilizadas por esse grupo de pesquisadores que publicaram seus artigos na *RBHE*. A

46. A legislação também tem sido objeto de problematização em alguns trabalhos publicados na área. Ver, por exemplo, Faria Filho (1998) e o artigo de Correa e Silva publicado na *RBHE* n. 8 (2004).

ela somam-se, na produção atual, sobretudo, relatórios produzidos por diferentes instâncias relacionadas à instrução: dos ministros do Império, de presidentes de província, de governo, de diretores e inspetores gerais da instrução pública, de inspetores e delegados de ensino. Também foram usadas como fontes, nos artigos analisados, falas de presidentes de província e mensagens de presidentes de Estado às assembléias legislativas. A essas fontes é ainda acrescentada uma documentação – em geral manuscrita – que permite uma aproximação do cotidiano das instituições educativas do passado, como é o caso dos requerimentos, ofícios e outras correspondências oficiais, produzidas por diferentes autoridades, como inspetores, delegados literários, diretores e professores. Em alguns casos, os pesquisadores também utilizam atas das sessões das assembléias legislativas e de conselhos de instrução pública. É interessante observar que, nos artigos analisados, essa exploração da normatização do ensino inclui todos os níveis, dos jardins-de-infância ao ensino superior.

Além dessa documentação, há pesquisas que ampliam, de maneira significativa, o espectro das fontes emanadas e que estão sob a guarda do Estado. São pesquisas que se debruçam, por exemplo, sobre os documentos de seleção dos candidatos à docência na instrução pública (provas, atestados de batismos, casamento e bons antecedentes, cartas de autoridades), como é o caso do artigo de Gouvêa (*RBHE*, n. 2, 2001). Também podemos observar, embora isso ocorra em um número pequeno de trabalhos, que os pesquisadores têm recorrido, também, a uma documentação oficial que não diz respeito diretamente à educação. É o caso, por exemplo, do artigo de Silva (*RBHE*, n. 4, 2002) e do de Wissenbach (*RBHE*, n. 4, 2002), que utilizam documentação judicial para realizarem seus estudos.

As fontes emanadas pelo Estado e referidas nos artigos analisados incluem, por fim, estatísticas oficiais. Os historiadores da educação têm recorrido, principalmente, aos mapas de população e às listas de matrículas de alunos que freqüentavam as aulas públicas ou, para os períodos mais recentes, aos censos populacionais e aos anuários estatísticos.

O segundo conjunto de fontes mais utilizado nos artigos analisados é formado por obras de intelectuais/educadores[47]: em aproximadamente

47. Consideramos, nesse conjunto de fontes, obras de intelectuais não apenas obras de pensadores do campo da educação. Sabemos que, principalmente no século XIX,

um quinto dos trabalhos ele constitui a fonte predominante e em cerca de 29% dos casos é usado como documentação complementar. Está presente, portanto, em quase metade (49%) dos artigos em análise. Nesse conjunto, estão incluídos livros, discursos, manifestos por eles redigidos (como é o caso do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova), memórias de viagem e também correspondências[48] trocadas entre esses sujeitos. Em um artigo (Nascimento, n. 11, 2006), a biblioteca do intelectual Silvio Romero – e as marcas de leitura deixadas nos livros – é utilizada como principal fonte de pesquisa. Dicionários pedagógicos, dicionários biográficos e biobibliográficos são utilizados, em um número pequeno de trabalhos, como fonte complementar nesses estudos.

A análise permite-nos afirmar que os pesquisadores que mais utilizam essas fontes têm como objeto de estudo a configuração do pensamento educacional no século XX, principalmente a partir do movimento escolanovista. A produção de pensadores vinculados ao movimento, como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho, é estudada em quase um terço dos artigos incluídos nesse grupo.

Depois das obras dos intelectuais, nos artigos analisados, predominam documentos que agrupamos no terceiro grande conjunto de fontes: aqueles produzidos por instituições educativas. Eles também representam 21% dos casos analisados, mas são usados como fontes complementares em apenas seis artigos, ou seja, em aproximadamente 7% do universo. Incluímos, nesse grupo, fontes produzidas em escolas ou em outras instituições que podem ser classificadas como instâncias educativas, entre as quais a Igreja (católica e protestantes), as associações de professores, as conferências pedagógicas, o movimento de escoteiros e a Companhia de Aprendizes da Marinha. Entre as fontes utilizadas destacam-se os relatórios das instituições (como é o caso, por exemplo, dos relatórios das Escolas Normais e das escolas primárias anexas); documentos pontifícios (como encíclicas); documentos prescritivos de

não havia uma distinção nítida entre os diversos campos do conhecimento e homens públicos opinavam sobre assuntos diversos – incluindo a educação.

48. O uso de correspondências como fonte é problematizado nos artigos de Silva (n. 9, 2005) e Mignot (n. 10, 2005).

ordens religiosas; estatutos, regulamentos, regimentos e planos de ação das instituições; livros de atas de reuniões e de concursos; anais; teses debatidas em congressos; livros de matrículas; programas de ensino; quadros de horários; troféus; fotografias; cartas e ofícios. São fontes que, como afirmam, de maneira recorrente, os autores dos artigos publicados no dossiê "Arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em história da educação", publicado no n. 10 da *RBHE*, em 2005, aproximam os pesquisadores do cotidiano das instituições, tornando mais palpáveis os processos educativos nelas ocorridos.

A imprensa é o quarto tipo de fonte mais utilizado nos artigos analisados: aproximadamente 19% dos trabalhos a utilizam como principal documento e em cerca de 20% deles ela é referida como fonte complementar. Nesse conjunto, é privilegiada a imprensa pedagógica, que aparece como fonte predominante em metade dos casos do conjunto. Esses trabalhos examinam, predominantemente, jornais e revistas destinados à formação de professores. A imprensa destinada ao grande público é também privilegiada nesse grupo: em quatro, dos 12 trabalhos a ele pertencentes, é a fonte principal de pesquisa. Por fim, encontramos alguns trabalhos, em pequeno número, que utilizam como fonte a imprensa especializada, como jornais e revistas católicos, anarquistas, científicos ou publicados pelo movimento escoteiro. A utilização da imprensa como documento nos artigos publicados na revista parece refletir um movimento mais amplo, ocorrido nas últimas décadas na área de história da educação e concretizado em publicações destinadas ao tema[49], que tem chamado a atenção dos pesquisadores para a potencialidade das revistas e dos jornais, principalmente pedagógicos, no processo de exploração de novos objetos e de ressignificação de objetos tradicionais – como a constituição do pensamento pedagógico no Brasil. Muitos desses periódicos – alguns deles tratados também como objetos de pesquisa e não apenas como fontes[50] – estavam "adormecidos" nas prateleiras de arquivos públicos e privados.

49. Ver, por exemplo, Catani e Bastos (1997).
50. Para uma análise de um periódico pedagógico como objeto e fonte, ver Biccas (2008).

As fontes produzidas pelos sujeitos do processo educativo – alunos, professores, pais, leitores – são referidas como fontes principais da pesquisa em nove dos 84 artigos (cerca de 11% dos casos): autobiografias, depoimentos escritos de ex-alunos, diários escritos por crianças, cartas de leitores comuns, cartas escritas por escravos, texto escrito por alunos em uma revista escolar, cadernos escolares, provas de concurso para professor constituíram, nesses trabalhos, a documentação principal. Fontes produzidas pelos atores da ação educativa foram referidas, como complementares, em 15% do total dos artigos: autobiografias (quatro artigos), obras literárias (três casos), depoimentos orais (dois artigos), abaixo-assinado dos pais (dois artigos), prova de professor (um caso) e inventários (um caso) são as fontes citadas nesses trabalhos. Podemos perceber, diante desses dados, que é ainda bastante tímida a incursão dos pesquisadores da área de história da educação em fontes que poderiam, potencialmente, trazer maiores informações sobre o cotidiano educacional e a ação dos sujeitos[51].

Finalmente, encontramos em sete, dos 84 artigos analisados (o que corresponde a, aproximadamente, 8% do universo), o manual escolar como principal fonte de pesquisa: cartilhas, livros utilizados na escola primária e compêndios destinados à formação de professores – como, por exemplo, manuais de história da educação – têm, nos artigos publicados na revista, seus usos tematizados e problematizados. Os manuais e/ou os catálogos de editores de livros escolares são referidos, também, como fonte complementar, em outros quatro trabalhos. De modo semelhante ao que ocorreu em relação à imprensa pedagógica, tem-se assistido, nas últimas décadas em muitos países, a uma revalorização do manual escolar como fonte (e objeto) privilegiada na pesquisa historiográfica. Essas novas pesquisas analisam o livro escolar não apenas do ponto de vista dos conteúdos dos textos neles veiculados, mas como "artefato cultural" (Choppin, 2002): interessam-se, desse modo, pelos circuitos de produção, circulação e recepção do manual. Considerado um objeto

51. Para uma discussão da autobiografia, da literatura e dos diários como fonte ver, respectivamente, Viñao Frago (2000), Galvão (1996) e Becchi (n. 8, 2004), em artigo já citado, publicado na revista.

efêmero e de pouco valor no mercado editorial[52], o livro escolar tem sido, recentemente, objeto de várias pesquisas e constituído, em grande parte, os acervos e centros de documentação e memória que vêm sendo criados nas universidades.

A análise realizada também nos permitiu constatar que, de modo geral, os autores, nos artigos, cruzam fontes de diferentes naturezas, o que também pode ser interpretado como um sintoma da apropriação, ocorrida nas últimas décadas, pelos pesquisadores do campo da história da educação, dos métodos da pesquisa histórica. Os trabalhos que utilizam apenas um tipo de fonte, muitas vezes tomada também como objeto de pesquisa, constituem minoria: representam 21% do universo pesquisado. Proporcionalmente, os pesquisadores que utilizam como fonte obras de intelectuais são aqueles que menos realizam o procedimento de cruzar fontes. Entre eles, cerca de 39% utilizam, exclusivamente, um único tipo de fonte para a realização da pesquisa.

## A biblioteca dos historiadores da educação

Neste momento do balanço[53], procuramos responder a uma tripla indagação: que *países*, *instituições* e *livros* têm estado presentes nas páginas da *RBHE*, com o objetivo de examinar as relações que temos estabelecido com a América Latina e com o mundo ibérico, de modo mais geral.

No que se refere aos países e instituições, os Quadros 6 e 7 oferecem uma visão geral do pertencimento institucional dos autores que tiveram seus trabalhos aceitos pela *RBHE*.

Como é possível observar, fora da América, à exceção de um único artigo proveniente dos Estados Unidos, o diálogo evidenciado nas páginas da *RBHE* faz-se com alguns países europeus, com destaque para Portugal e França. No primeiro caso, esse traço pode ser compreendido

52. Ver Choppin (2002), Galvão e Batista (2003) e Batista (1999).
53. Para a RBHE, esforço assemelhado pode ser conferido no estudo de Sanfelice (2006); para a *Revista História da Educação* e *Revista HISTEDBR On-line*, conferir o artigo de Bastos (2006).

por meio de recentes relações de trabalho estabelecidas com grupos de pesquisadores do Brasil e Portugal, cujo acontecimento mais relevante se traduz na organização bilateral dos Congressos Luso-Brasileiros de História da Educação, acontecimento que, por sua vez, tem favorecido a construção de outros programas de pesquisa, apoiados em programas especiais que tem aprofundado essa aproximação, como o CAPES-GRICES, os pós-doutorados e doutorados sanduíches, ainda que o fluxo dos brasileiros em Portugal seja amplamente superior ao inverso. Caberia ainda ressaltar que, nesse caso, o estímulo a tais iniciativas também se vê beneficiado pela inexistência de uma barreira lingüística[54].

Quadro 6 – Proveniência dos artigos publicados na *RBHE*

| Países | Instituições | Quantidade |
|---|---|---|
| Argentina | Un. Rosário (1), Un. de La Plata (2) e Un. Nacional de Quilmes (3) * | 3 |
| Brasil | Ver Quadro 2 | 68 |
| Espanha | Un. Nacional de Educación à Distancia (1), Un. Valladolid (1), Un. Alcalá (1) | 3 |
| Estados Unidos | U. Winscosin (1) | 1 |
| França | EHESS (3), INRP (1) e Paris IV (1) | 5 |
| Itália | Un. Ferrara e Un. Pavia | 2 |
| México | Instituto Superior de Ciencias de La Educación del Estado de México (1), Instituto de Ciencias de La Educación de la Universidad Autonoma del Estado de Morelos (2), Colegio del Mexico (1), Instituto Nacional de Antropología e Historia (1) | 5 |
| Portugal | Universidade de Lisboa (4), Un. Lusófona (1), Un. Coimbra (1), Escola Superior de Educação de Portoalegre (1), Universidade Nova de Lisboa **(1) | 8 |
| Suécia | Universidade Umëa | 1 |

* * Estes números decorrem do fato de que um dos artigos é de tripla autoria e seus autores vinculados ao projeto coordenado pelo professor Mariano Narodowski na Universidad Nacional de Quilmes, sendo um deles professor na Universidad Nacional de La Plata.
** Artigo em co-autoria com uma professora brasileira.

54. A este respeito, cf. Adão (2007) e Gondra (2007a).

No que diz respeito ao mundo ibérico, a relação também se faz mais visível pela presença de pesquisadores portugueses que foram subtraídos para efeito deste estudo. Com isso, a revista conta com contribuições do México, da Espanha e da Argentina. Nesse caso, ainda vale sublinhar que a *presença* mexicana deve-se, sobretudo, ao dossiê "Tempos sociais, tempos escolares", organizado conjuntamente por Lucía Martinez Montezuma e Maria Cristina Soares de Gouvêa, publicado em 2004, no qual aparecem quatro dos cinco artigos mexicanos disseminados na *RBHE*. Ainda que a presença de grande parte dos artigos estrangeiros publicados na *RBHE* possa ser atribuída às relações que brasileiros possuem com a comunidade internacional, sendo esse dossiê o único que deriva de ação de pesquisadoras de dois países[55]. O caso da Espanha também merece uma nota, na medida em que dois dos três artigos foram publicados no número inaugural da revista. No que se refere à Argentina, um dos artigos também foi objeto de publicação no número inaugural, de 2001.

O que essas observações a respeito das proveniências dos artigos disseminados na *RBHE* nos levam a pensar? A que atribuir a baixa participação de pesquisadores latino-americanos na *RBHE*? Como pensar esse fenômeno? Desconhecimento da existência e da possibilidade de valer-se dessa forma de difusão? Ausência de tradição da pesquisa em história da educação na América Latina? Falta de legitimidade/credibilidade do periódico brasileiro junto à comunidade da América Latina? Ausência de programas de trabalho conjuntos, que aproximem os historiadores da educação da América Latina? Problemas na internacionalização dos saberes acadêmicos na própria América Latina? Trata-se de um problema decorrente do *corpus* documental aqui constituído? Ao operar-se com outras fontes como, por exemplo, os anais dos Congresos Ibero-Americanos e dos periódicos de outros países, seria possível desenhar um quadro distinto? Trata-se do estágio de desenvolvimento da disciplina e organização do campo da história da educação na América Latina[56]?

55. No entanto, não há qualquer artigo na *RBHE* escrito conjuntamente por pesquisadores provenientes de países distintos da América Latina. A única exceção consiste em um artigo de dupla autoria, envolvendo uma brasileira e um autor português.
56. Uma reflexão geral e rica a respeito da organização do campo da história da educação

Seria isso decorrente de uma estratégia dos historiadores da educação da América Latina?

Considerando os limites da base documental a partir da qual elaboramos as questões apresentadas, gostaríamos de assinalar que trabalhamos com a hipótese de que o diagnóstico da rarefação do diálogo entre pesquisadores de história da educação da América Latina não deriva de causa única, nem primordial. É a combinatória dos problemas brevemente enunciados que pode ajudar a compreender o quadro que temos em nosso horizonte. Se essa afirmação procede, em alguma medida, cabe indagar os efeitos decorrentes, por exemplo, de iniciativas como a da realização de oito edições dos Congresos Ibero-Americanos de História da Educación Latino-americana. Como eles têm contribuído para o conhecimento mútuo do que vem sendo feito em termos de estudos históricos na América Latina? Em que medida esse conhecimento mútuo tem favorecido novas iniciativas de pesquisa? Como essas pesquisas desenvolvidas por rede de pesquisadores da América Latina têm sido divulgadas para um público mais extenso? Que impacto têm provocado na expansão do que sabemos sobre cada país e sobre a experiência educativa na América Latina de modo mais geral? Como tornar a produção dos Iberos acessível para a comunidade acadêmica?

No que diz respeito à America Latina, se as evidências das proveniências e da condição de publicação de autores da América Latina na revista funciona como recurso para atestar a tese da rarefação do saber e trabalho mútuo no âmbito dessa comunidade, elas se vêem reforçadas quando examinamos outros extratos da base material com a qual estou trabalhando.

Examinando outra camada dos 101 artigos publicados na *RBHE*, a coleção de artigos de autores da América Latina foi publicada em língua materna, o que constitui em sinal importante da vontade de aproximação entre a *RBHE* e o mundo castelhano. Ao lado desse primeiro destaque, cabe observar que os autores do mundo ibero-americano que divulgaram seus trabalhos na *RBHE*, ao dialogarem com uma literatura publicada no exterior de seu país, não estabelecem relações com a produção de brasileiros e pesquisadores do mundo lusófono.

---

na América Latina pode ser conferida no estudo de Ascolani (2007), com destaque para os casos do México, Brasil e Argentina.

Nos 11 artigos publicados em castelhano[57], temos uma *biblioteca mista* no que se refere a orientações teóricas, procedimentos, pertencimentos institucionais e objetos tratados, como era de se esperar. Para ter uma idéia inicial, estamos falando de uma *biblioteca* com 173 autores, sendo que desses 132 são da mesma nacionalidade do autor do artigo e 41 de estrangeiros. Nesse conjunto, a ausência de autores portugueses merece ser sublinhada, especialmente no caso de brasileiros. Quando há uma referência a livros brasileiros, isso ocorre quando o autor tem um texto em livro organizado por autores brasileiros e publicados no Brasil. Um exemplo é o do Adrián Ascolani, que, no artigo publicado no número 1 da *RBHE*, cita o livro *História da educação – perspectivas para um intercâmbio internacional*[58]. Outro exemplo, fora da América Latina, consiste no artigo de Jean Hébrard, no qual faz referência ao livro *Refúgios do eu* (Mignot, Bastos & Cunha, 2000), no qual há um artigo de sua autoria intitulado "Por uma bibliografia material das escrituras ordinárias: a escritura pessoal e seus suportes".

Nesse registro, é possível afirmar de modo contundente que os autores brasileiros são citados quase *exclusivamente* por brasileiros. Já as referências a autores de outros países remetem, sobretudo, a autores de países europeus, destacadamente aos franceses[59], o que nos faz indagar acerca dessa recorrência e dos efeitos que produz na definição dos problemas de pesquisa e dos procedimentos operatórios.

O que mais podemos pensar com base nesse quadro geral? O diagnóstico da expansão da pesquisa e das formas de disseminação, inclusive no exterior, ainda não aparece nos artigos publicados na *RBHE*, posto que o diálogo é desequilibrado, fato ainda mais forte quando consideramos que os autores estrangeiros, ao publicarem no Brasil, conhecem a revista, mantêm algum tipo de relação com pesquisadores brasileiros e têm acesso a alguma coisa do que se produz no Brasil. No entanto, ainda

57. Para efeito deste comentário, não estamos considerando os textos dos autores de Portugal.
58. Livro organizado por José Sanfelice, Dermeval Saviani e José Lombardi, publicado no Brasil em 1999.
59. Cabe observar que mesmo a freqüência dos autores franceses parece estar relacionada à questão da tradução. No n. 14, no artigo de Alicia Inês Villa, Bourdieu e Foucault são referidos, o primeiro em uma versão portenha e o segundo em uma versão madrilenha.

assim, é possível observar que a expansão da produção vem acompanhada de uma rarefação severa no que se refere ao diálogo dos estrangeiros com autores brasileiros, ainda que o inverso não seja verdadeiro. O que produz tal fenômeno e o que pode ajudar a compreendê-lo?

Um fator que pode estar contribuindo para essa desigualdade se constitui na condição primeira para a existência do diálogo que é o conhecimento da *língua* portuguesa ou dos investimentos de tradução dos trabalhos produzidos no mundo lusófono para línguas mais disseminadas, como o inglês e o francês. Esse fator deveria ter um efeito mais agudo no mundo anglófono e francófono, mas as evidências extraídas da *RBHE* também indiciam o fator lingüístico como uma barreira igualmente presente na comunidade latino-americana.

Outro elemento que ajudaria a pensar o desequilíbrio no regime de referenciação diz respeito aos objetos. Até que ponto os objetos estudados no mundo lusófono não interessam ao que se passa no exterior deste mundo? Nesse caso, parece-nos que os investimentos incipientes dos estudos comparados no campo da educação ajudam a compreender a restrição no modo de abordagem dos diferentes objetos, via de regra circunscritos à dimensão nacional e, na esfera das experiências nacionais, os estudos têm-se voltado para casos cada vez mais particulares, cada vez mais isolados. Há indícios de uma forma de operar cada vez mais recortada, voltada para níveis cada vez mais microscópicos, como forma de dar visibilidade ao local, particular, celular. No entanto, já é possível problematizar alguns resultados da pesquisa em história da educação que têm realizado uma apropriação específica da chamada micro-história, sem considerar as variações de escala e suas complexas relações como condição para tornar pensáveis as experiências ordinárias, como proposto por alguns defensores da microanálise do social. Para enfrentar esse problema, vale lembrar que, para Revel (2000), a inteligência de um dado fenômeno não pode ser apreendida apenas no nível local. Para ele, os acontecimentos são únicos, mas só podem ser compreendidos, até mesmo em sua particularidade, se forem restituídos nos diferentes níveis de uma dinâmica histórica[60].

60. Para aprofundar o debate, cf. Revel (1989, 1997, 1998 e 2001).

De modo assemelhado aos objetos e a ele diretamente relacionado, temos o problema da periodização, na medida em que o fenômeno educativo, por mais que tenha sido disseminado, ele o foi segundo ritmos e temporalidades específicas. Aqui também, os poucos investimentos no plano da comparação entre as experiências locais parece constituir-se em obstáculo para observar as homologias e diferenças no que diz respeito à história da educação nos países da América Latina.

Por fim, tais obstáculos também se encontram associados à inexistência de equipes de trabalho internacionais que congreguem de modo mais sistemático pesquisadores de diferentes países da América Latina, ainda que haja iniciativas pontuais e outras mais recentes[61].

Outro aspecto que precisa ser considerado diz respeito às condições de trabalho a que os pesquisadores da América Latina se encontram submetidos. A pressão constante e continuada pela elevação dos padrões de produção e de qualidade, com efeitos na criação e consolidação de redes de pesquisadores no plano internacional, precisa ser dimensionada. Via de regra, qualquer esforço nessa direção constitui-se em trabalho adicional, sem contrapartidas locais que apóiem e estimulem esse tipo de ação. A questão que se põe é: como responder às atribuições de ensino, pesquisa e orientação que não foram alteradas e, ao mesmo tempo, atender à nova e crescente pressão existente no campo intelectual?

A combinatória desses fatores certamente tem obstruído a abertura dos canais de conhecimento do que se faz em cada comunidade, as possibilidades de articular os estudos já desenvolvidos e também tem dificultado a elaboração de programas de trabalho comuns e o aprofundamento

61. Um único exemplo. Trata-se do projeto "A constituição e reforma dos sistemas educativos no Brasil e na Argentina: histórias conectadas (1820-1980)", coordenado no Brasil por Diana Vidal (USP) e na Argentina por Adrián Ascolani (Universidad de Rosário). Contando com apoio CAPES/SECYT, o projeto pretende analisar historicamente a constituição e reforma dos sistemas educativos nos dois países, de 1820 a 1980, percebendo as relações sociais, culturais e educacionais entre as nações no âmbito de uma história conectada, com atenção aos seguintes eixos de interpretação: historiografia da educação sobre a temática nos dois países; circulação de pessoas, objetos culturais e modelos pedagógicos; culturas escolares e processos de escolarização; e reformas educativas e conflitos sociais.

Revista16.indd 216 29/7/2008 17:55:39

das reflexões em relação aos princípios operatórios que têm orientado a pesquisa em história da educação na América Latina.

Para finalizar esta parte, gostaríamos de precisar um pouco mais as evidências gerais acerca do desconhecimento que temos de nós mesmos. Para trazer novos elementos para este debate, para torná-lo visível a partir de outro ângulo, exploraramos a *biblioteca* dos latino-americanos que publicaram artigos na *RBHE*. A *biblioteca* dos oito pesquisadores da América Latina encontra-se associada, como era de se esperar, aos objetos e períodos privilegiados por cada um e apresenta a seguinte configuração e distribuição ao longo dos 14 números do periódico.

O primeiro artigo proveniente da América Latina, como já assinalado, veio da Argentina, publicado no n. 1 da *RBHE*, em 2001, assinado por Adrián Ascolani, intitulado "La historia de la educación argentina y la formación docente: ediciones y demanda institucional". A *biblioteca* desse artigo é composta por 20 referências bibliográficas, todas elas de autores argentinos, sendo 18 publicações de Buenos Aires, uma de Rosário e outra da cidade de Campinas (Brasil). Nesse caso, trata-se da referência a um artigo do próprio autor publicado em coletânea organizada no Brasil. Como era de se esperar, o problema do artigo preside a seleção dos textos de referência e a disposição de pensar um problema no plano nacional vê-se espelhada na *biblioteca* constituída.

O segundo artigo, publicado no n. 3 da *RBHE*, em 2002, vem do México, de Lucía García Lopez, intitulado "La inspección escolar en México, 1810-1834: el caso del Estado de México". Esse artigo apresenta uma *biblioteca* composta por dez referências, todas mexicanas, sendo sete publicações do Colégio de México ou do Colégio Mexiquense.

O terceiro artigo procede da Argentina e foi publicado no n. 5 da *RBHE*, em 2003, escrito por três autores: Pablo Scharagrodsky, Laura Manolakis e Rosana Barroso. O artigo "La educación física argentina en los manuales y textos escolares (1880-1930): sobre los ejercicios físicos o acerca de cómo configurar cuerpos útiles, productivos, obedientes, dóciles, sanos y racionales" apresenta uma *biblioteca* distribuída em dois blocos. O primeiro é constituído de 20 referências bibliográficas. Nesse caso, o traço nacional aparece de modo mais diluído, pois há cinco textos publicados na Espanha, dois na Colômbia, dois no Brasil,

um dos Estados Unidos e um de Bruxelas. Os textos argentinos, por sua vez, ainda que concentrados em publicações da capital, também dá a ver publicações de Rosário e das Universidades de Salta e La Plata. No caso dos textos publicados no Brasil, um é de Mariano Narodowski, coordenador do projeto ao qual os autores se encontram associados, e outro é da lavra de uma dos co-autores do artigo, sendo que os dois foram publicados em língua espanhola, em revistas de Campinas e Porto Alegre, respectivamente.

O segundo bloco das referências é constituído por 18 livros ou manuais relacionados à educação física. O maior volume é de manuais da Argentina, mas há um da Espanha e um da Bolívia.

Os outros quatro artigos são provenientes do México e todos foram publicados no n. 8 da *RBHE*, integrando o dossiê "Tempos sociais, tempos escolares", como já registrado. Os artigos, autores e um levantamento preliminar das suas *bibliotecas* podem ser conferidos no Quadro 7.

Quanto à composição da *biblioteca* desses artigos, em linhas gerais tendem a privilegiar a literatura de seus respectivos países. No entanto, os artigos de Lucía Martinez Montezuma e o de Antonio Padilla Arroyo contêm alguns elementos que podem ser interessantes para nossa reflexão. No caso do artigo da professora Lucía Montezuma, o caráter misto que deu a sua biblioteca merece atenção, posto que há referências a artigos de espanhóis, franceses e brasileiros. Detivemo-nos no caso dos autores brasileiros. Em uma primeira observação, queremos retomar a

Quadro 7 – Autores e bibliotecas dos artigos mexicanos

| Autores | Título do artigo | Biblioteca |
|---|---|---|
| Lucía Martinez Montezuma | El aula al exterior: el tiempo de las excursiones escolares en México, 1904-1908 | 32 referências |
| Anne Staples | De cuándo a cuándo. La transformación Del calendario escolar en las escuelas mexicanas del siglo XIX | 24 referências |
| Eduardo Flores Clai | Tiempo y sociedad, en el Real Seminario de Minería, 1792-1821 | 19 referências |
| Antonio Padilla Arroyo | De jóvenes a estudiantes. La forja Del tiempo y el orden escolares | 7 referências |

questão da língua, pois os dois textos de brasileiros citados no artigo em questão (Boris Kossoy e Rosa Fátima de Souza) se encontram referidos em língua espanhola. O livro do Boris Kossoy foi acessado por meio de uma tradução publicada em Buenos Aires e o artigo de Rosa Fátima por meio da *Revista de Estudios del Currículum*, de Barcelona. Esse pequeno sinal reforça a tese da barreira lingüística, como critério de busca e reconhecimento nos estudos desenvolvidos pelos pesquisadores de história da educação da América Latina. Nessa direção, menos que a nacionalidade dos autores, importa considerar a língua em que o texto é difundido, condição para que determinados trabalhos se tornem conhecidos, lidos e apropriados no âmbito da comunidade latino-americana de historiadores da educação.

O artigo de Antonio Padilla Arroyo pode ser considerado uma exceção no que se refere à tradição que estamos observando. Chama atenção, nesse caso, o fato de constar uma única referência a uma autora mexicana. As outras seis constituem-se em referências a autores franceses (2), alemães (1), ingleses (2) e espanhóis (1). Trata-se de livros e autores importantes e de larga difusão no campo das ciências sociais, como é o caso de Philippe Ariès (*El niño y la vida familiar en el antiguo régimen*, México: Taurus, 1998); Norbert Elias (*Sobre el tiempo*, México: Fondo de Cultura Econômica, 1997), Michel Foucault (*Las palabras y las cosas. Una arqueología de las ciencias humanas*, México: Siglo XXI Editores, 1996), Edward P. Thompson (*Tradición, revuelta y consciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*, Barcelona: Crítica, 1984) e António Viñao Frago (*Tiempos escolares, tiempos sociales*, Barcelona: Ariel, 1998)[62].

Ainda que se observe um diálogo com uma literatura extranacional, a questão da língua também merece ser sublinhada, na medida em que todos os textos se encontram em língua espanhola, sinal e condição para uma difusão internacional de determinados autores/livros. De modo equivalente, cabe sublinhar que a internacionalização flagrada neste

62. Menos conhecido é o texto mexicano de María Dolores Illescas Nájera e o inglês Gerald. J. Whitrow (*El tiempo en la historia. La evolución de nuestro sentido del tiempo y la perspectiva temporal*, Barcelona: Editorial Crítica, 1990).

artigo se processa exclusivamente com o mundo europeu, o que reforça a Europa como *centro* e lugar de saber e poder.

O oitavo artigo proveniente da comunidade latino-americana apresenta uma biblioteca composta por 24 referências (17 nacionais e sete internacionais), acrescida de uma lista de seis fontes utilizadas no texto. Trata-se de uma *biblioteca* composta por autores argentinos, europeus (França, Inglaterra, Espanha) e norte-americanos, com predominância dos primeiros, sendo os textos apresentados em sua quase totalidade em língua espanhola. Duas exceções: dois textos em língua inglesa e um texto em língua portuguesa. Nesse caso, trata-se da tradução do livro *A invenção das tradições*, publicado no Rio de Janeiro, em 1984, pela editora Paz e Terra.

Diante desse diagnóstico cabe mais uma vez indagar: como essa dinâmica vem sendo produzida e reproduzida entre nós? É necessário interferir nesse cenário? É possível alterá-lo? Em que direção? Promovendo que tipo de iniciativas? Que novo quadro, do ponto de vista da produção e circulação dos saberes no campo das ciências sociais e da história da educação, desejamos para nós mesmos?

Até aqui experimentamos olhar em uma direção, procurando observar como os latino-americanos têm lidado com a produção brasileira. Cabe agora, ainda que rapidamente, inverter a lente para ver como os autores brasileiros que publicaram na *RBHE* lidam com o que vem sendo produzido na América Latina no campo da história da educação ou mesmo das ciências sociais, de modo mais amplo. Como já assinalado, totalizamos 74 artigos de brasileiros nos 14 números da *RBHE*, o que representa cerca de 74% da produção disseminada na revista.

Desses 74 artigos, observamos a referência a autores do mundo ibero-americano em 18 deles[63], isto é, cerca de 24% dos artigos dialogam com algum autor desse universo, como se pode observar no Quadro 8.

O que esse quadro, com alguma imprecisão que possa apresentar, ajuda a pensar em matéria do saber que a comunidade brasileira que publica na *RBHE* possui em termos dos estudos de história da educação do mundo ibero-americano?

63. Neste caso, não estou considerando a remissão aos autores portugueses e brasileiros.

Quadro 8 – A presença do mundo ibérico nos artigos de autores brasileiros

| | Autor | Artigo | Autores Referidos |
|---|---|---|---|
| 1 | Maria Helena Camara Bastos (n. 4, 2002) | Leituras da ilustração brasileira: Célestin Hippeau (1803-1883) | Cucuzza, Héctor Rubén. *De congreso a congreso*: cronica del primer congreso pedagogico. Buenos Aires: Editorial Besana, 1986. |
| 2 | Mirian Jorge Warde (n. 5, 2003) | O itinerário de formação de Lourenço Filho por descomparação | Gvirtz, Silvina. Alcances y limites de la investigación en la historia de laeducación comparada. *História da Educação*, Pelotas: Asphe/FAE/Upel, n. 10, p. 17-29, out. 2001. |
| 3 | Walquíria Miranda Rosa (n. 6, 2003) | Instrução Pública e formação de professores em Minas Gerais (1825-1852) | Viñao Frago, António; Agustín, E. B. *Currículo, espaço e subjetividade*: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 1998. |
| 4 | Clarice Nunes | O ensino da história e a produção de sentidos na sala de aula | Viñao Frago, António. Las autobiografias, memorias y diarios como fuente histórico-educativa: tipologia y usos. *Teias – Revista da Faculdade de Educação da Uerj*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 82-97, 2000. |
| 5 | Maria Laura Magalhães Gomes (n. 7, 2004) | Diderot e o sentido políticos da educação matemática | Luzuriaga, Lorenzo. *História da educação e da pedagogi*a. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1990. |
| 6 | Paula Perin Vicentini (n. 8, 2004) | Celebração e visibilidade: o Dia do Professor e as diferentes imagens da profissão docente no Brasil (1933-1963) | Enguita, Mariano F. A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. *Teoria & Educaçã*o, Porto Alegre, n. 4,p. 41-60, 1991. |
| 7 | Antonio Carlos Luz Correa e Vera Lucia Gaspar da Silva (n. 8, 2004) | A lei da escola: sentidos da construção da escolaridade popular através de textos legislativos em Portugal e Santa Catarina – Brasil (1880-1920) | Viñao Frago, António. Culturas escolares, reformas e innovaciones educativas. *Com-Ciencia Social*, n. 5, p. 27-45, 2001. |
| 8 | Vera Regina Beltrão Marques e Sílvia Pandini (n. 8, 2004) | Feios, sujos e malvados: os aprendizes marinheiros no Paraná oitocentista | Carli, Sandra. *Niñez, pedagogía y política*: transformaciones de los discursos acerca de la infancia en la historia de la educación argentina entre 1880-1955. Buenos Aires: Minõ y Dávila, 2003. |
| 9 | Luiz Eduardo M. de Oliveira (n. 8, 2004) | Entre a história cultural e a teoria literária: rumo a uma história dos cânones escolares no Brasil | Viñao Frago, António. Por una historia de la cultura scolar: enfoques, cuestiones, fuentes. In: _____. *Culturas y civilacione*s. Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Cientifico da Universidade de Valladolid, 1998. |

(continua)

(continuação)

| | Autor | Artigo | Autores Referidos |
|---|---|---|---|
| 10 | Maria Cristina Soares de Gouveia (n. 8, 2004) | Tempos de aprender: a produção histórica da idade escolar | VIÑAO FRAGO, António. *Tiempo, historia y educacio*n. S.s.: s.ed., 1993 (mimeografado).<br>LLORET, Caterina. As outras idades ou as idades do outro. In: LARROSA, Jorge (org.). *Imagens do outro*. Petrópolis: Vozes, 1998. |
| 11 | Alessandra Frota Martinez de Schueler (n. 9, 2005) | Combates pelo ofício em uma escola moralizada e cívica: a experiência do professor Manoel José Pereira Frazão na Corte Imperial (1870-1880) | VIÑAO FRAGO, António. Historia de la educación e historia cultural. Posibilidades, problemas cuestiones. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo: Autores Associados, 1996.<br>NARODOWSKI, Mariano. *Infancia y poder*. La conformación de la pedagogia moderna. Aique: s.ed., s.d. |
| 12 | Ana Chriystina Venâncio Mignot (n. 10, 2005) | O carteiro e o educador: práticas na escrita epistolar | CASTILLO GOMEZ, A. "Como o polvo e o camaleão se transformam". Modelos e práticas epistolares na Espanha Moderna. In: BASTOS, M. H. C.; CUNHA, M. T. S.; MIGNOT, A. C. V. (orgs.). *Destinos das letra*s: história educação e escrita epistolar. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2002. p. 13-56.<br>CASTILLO GOMEZ, A. (coord.): *Historia de la cultura escrita*: del Próximo Oriente a la sociedad informatizada. Ediciones Gijón: Trea, 2001.<br>SIERRA BLAZ, V. *Aprender a escribir carta*s: los manuales epistolares em la España contemporânea (1927-1945). Madrid: Ediciones Trea, 2003. |
| 13 | Elizabeth Madureira Siqueira (n. 10, 2005) | Reconstituindo arquivos escolares. A experiência do GEM/MT | GALLEGO, Olga. *Manual de arquivos familiare*s. Madri: Asociación Española de Archives, 1993. |
| 14 | Tarcísio Mauro Vago (n. 11, 2006) | Educação física na *Revista do Ensino de Minas Gerais* (1925-1935): organizar o ensino, formar o professor | ESCOLANO, Augustín; VIÑAO FRAGO, António. *Currículo, espaço e subjetividade*: a arquitetura como programa. Trad. Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.<br>VIÑAO FRAGO, António. Historia de la educación e historia cultural: possibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 0, p. 63-82, set./dez. 1995.<br>_____. *Tiempos escolares, tiempos sociales*. La distribuición del tiempo y del trabajo en la enseñanza primaria en España (1838-1936). Barcelona: Anil, 1998. |

(continua)

(continuação)

| | | | |
|---|---|---|---|
| 15 | Dimas Santana Souza Neves (n. 13, 2007) | Poder e cultura escolar na Primeira República em Mato Grosso | LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *O sujeito da educação*: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1999.<br>LARROSA, Jorge. *Pedagogia profana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. |
| 16 | Valdeniza Maria Lopes da Barra (n. 14, 2007) | Possíveis relações entre aspectos materiais (espaço, mobilário, utensílio), modos de organização da escola e intervenções de ensino | VIÑAO FRAGO, António. Por uma historia de la cultura escolar: enfoques, cuestiones, fuentes. Culturas y civilizaciones. In: CONGRESO de la Asociación de Historia Contemporânea, 3., 1998, Valladoid. *Anais*... Valladoid: Universidad Valladoid, 1998. p. 167-183. |
| 17 | Gizele de Souza (n. 14, 2007) | Cultura escolar material na história da instrução pública primária no Paraná – anotações de uma trajetória de pesquisa | ESCOLANO, A. La historiografia educativa: tendências generales. In: GABRIEL, n. ; VIÑAO FRAGO, António (eds.). *La investigación histórico-educativa*: tendências actuales. Barcelona: Ronsel, 1997.<br>_____. *Tiempos y espacios para la escuela*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000.<br>GABRIEL, n. ; VIÑAO FRAGO, António (eds.). *La investigación histórico-educativa*: tendências actuales. Barcelona: Ronsel, 1997.<br>MARTÍN, R. L. *La escuela por dentro*: perspectivas de la cultura escolar en la España del siglo XX. Valencia: Universidad de Valencia, 2001.<br>VIÑAO FRAGO, António. De la importância y utilidad de la historia de la educación (o la responsabilidad moral del historiador). In: GABRIEL, n. ; VIÑAO FRAGO, António (eds.). *La investigación histórico-educativa*: tendências actuales. Barcelona: Ronsel, 1997. |
| 18 | Regina Maria | A cultura material escolar da Deutsche Schule | ESCOLANO, A. La historia de la educación después de la posmodernidad. In: BERRIO, J. R. *La cultura escolar de Europa*: tendências históricas emergentes. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000.<br>VIÑAO FRAGO, António. *Innovación pedagógica y racionalidad científica*: la escuela graduada en España (1898-1936). Madrid: Akal, 1990.<br>VIÑAO FRAGO, António. Historia de la educación e historia cultural: possibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 0, p. 63-82, set./dez. 1995. |

No que se refere à América Latina, a única presença é de autores da Argentina. No que se refere ao mundo ibérico, sem considerar as referências ao mundo lusófono, a Espanha constitui-se na outra presença. Nesse caso, o desequilíbrio também deve ser objeto de nossas reflexões, visto que os estudos dos brasileiros remetem a 27 textos de espanhóis e a quatro de argentinos.

No que se refere aos argentinos indicados na *biblioteca* dos brasileiros, cada um aparece uma única vez, em artigos distintos. Já no caso dos autores espanhóis, é possível observar uma recorrência maior a António Viñao Frago, com 11 remissões a textos de sua autoria, sendo um artigo referido três vezes. Há ainda duas referências a um livro escrito em coautoria com Augustín Escolano, livro este traduzido e publicado no Brasil. As outras referências encontram-se dispersas no conjunto de artigos, como pode ser conferido no Quadro 8, havendo uma certa concentração nos artigos que compõem o dossiê publicado no n. 14, o que pode ser compreendido pela proximidade das reflexões do pesquisador espanhol com o que se encontra focalizado nesse dossiê, voltado para a questão da cultura material das escolas.

Este levantamento preliminar ajuda-nos a perceber que lemos e legitimamos o que se produz do outro lado do Atlântico, com escassas referências ao universo latino-americano, o que ajuda a pensar o regime de leitura e de apropriação perceptível nos estudos disseminados pelo periódico oficial da SBHE. Afinal, o regime observado na *RBHE* faz-nos interrogar: que saberes estamos legitimando nos estudos de história da educação desenvolvidos na América Latina? Quais os efeitos da apropriação dos saberes produzidos na Europa na pesquisa em história da educação por nós realizada? A que tipo de crítica temos submetido os estudos provenientes da Europa?

Ao mesmo tempo, como pensar essa *positividade* em um registro mais otimista? Inicialmente, merece registro a presença regular do mundo ibero-americano nas páginas da *RBHE*, o que se eleva consideravelmente ao se agregar os estudos desenvolvidos por colegas portugueses ao conjunto das referências. Um segundo aspecto diz respeito ao *consumo* na língua materna dos autores por parte dos brasileiros, já que cerca de 75% dos textos do mundo ibérico aparecem referidos em língua espanhola.

Revista16.indd 224 29/7/2008 17:55:41

Esse índice leva-nos a trabalhar com a hipótese de que a língua espanhola não se constitui em barreira importante na comunidade brasileira de historiadores da educação. Já o aspecto do acesso deve ser tomada como uma questão, pois mais da metade dos textos foi acessada em veículos publicados no Brasil.

É necessário, igualmente, considerar a necessidade de pensar os critérios e motivos que terminam por promover a eleição de um determinado autor como uma questão. Que relações são estabelecidas com o conjunto dos autores selecionados entre si e com os demais autores da área? Que relações tal seleção guarda com o pesquisador e com sua posição no campo da educação? Como a coleção de autores é articulada com os demais domínios do saber? Por meio de que suportes e segundo que regras a bibliografia vem sendo lida/apropriada? Inventário de questões que provavelmente concorreriam para tornar mais densa a reflexão acerca dos rumos que a pesquisa em educação tem tomado, bem como dos efeitos daí derivados. No entanto, dado os limites deste texto, gostaria de assinalar que esse questionário, ao não ser enfrentado, funciona como um sinal da complexidade do debate a que estamos procurando dar seguimento, chamando atenção para outras camadas, de modo que dê a ver outros aspectos do problema da produção historiográfica e da arte de torná-la objeto de nosso pensar.

Já a escavação de uma parte do que temos legitimado como resultados de pesquisa no campo da história da educação também traz alguns indícios de que precisamos conhecer mais e melhor a produção latino-americana de história da educação, praticando o necessário exercício de autonomia e de crítica intelectual. Essa atitude, quem sabe, pode ser um bom antítodo contra as formas de dominação, colonização e de imposição cultural, ajudando a afastar-nos da larga tradição que forjou a América Latina como unidade, mas uma unidade separada entre si, sem laços de solidariedade, sem saber comum, marcada por um longo e prolongado *desconhecimento de si* no que diz respeito aos vários domínios do saber. Lamentavelmente, há fortes indícios de que a história da educação não se constitui em exceção. Atualmente, dado a inúmeros esforços em curso, talvez seja possível afirmar que no campo da história da educação, atualmente, o Brasil conhece um pouco mais o Brasil, mas ainda

ignora muito o subcontinente ao qual deveria estar mais integrado. Para ultrapassar esse estado, faz-se necessário conhecer *Cabuçu*, *Cordovil*, *Caxambi*, *Madureira*, *Olaria*, *Bangu*, *Cascadura*, *Água Santa*, *Acari*, *Ipanema* e *Nova Iguaçu*; como assinalado na provocativa metáfora de "Querelas do Brasil" e que a voz de Elis Regina nos ajuda a lembrar. De modo análogo, precisamos conhecer ainda mais *Quito*, *Lima*, *Bogotá*, *Santiago*, *Montevidéo*, *Assunção*, *La Paz*, *Caracas*, *Caena*, *Paranaribo*, *Georgetown*, *Panamá*, *São José*, *Manágua*, *Guatemala*, *Belnopam*, *Cidade do México*, *Havana*, *Jamaica*, *Porto Rico*, *San Domingo*, *Buenos Aires* e *Brasília*.

## Considerações finais

O campo da história da educação, conforme ele apareceu na *RBHE*, vem buscando abordar períodos, espaços e temas seguindo a perspectiva da história dos processos de escolarização, bem como determinar objetos e problemáticas próprias de investigação e consolidar diálogos teóricos e metodológicos com outras áreas de pesquisa.

A periodização mais freqüente nos artigos é a dos tempos curtos, evidenciando a intenção de um maior detalhamento de momentos específicos da história da escolarização, nos séculos XIX e XX. Nesse sentido, encontramos uma série de estudos que se dedicam à história regional da educação. A partir do desenvolvimento dessas pesquisas, poderemos compreender como foram sendo interpretadas e apropriadas as políticas nacionais de educação no meio escolar, além de nos aproximarmos das particularidades e singularidades locais e regionais. Vislumbra-se, por conseguinte, prováveis deslocamentos de marcos da história política e administrativa para o estabelecimento de outras periodizações da história da educação. Entretanto, narrativas mais abrangentes que reconstruíssem o possível movimento da educação ainda estão por serem feitas. Dizendo de outro modo, não temos estudos que reúnam os resultados parciais das pesquisas e que, no processo de escrita, possam identificar com nitidez os modelos e as formas escolares como singularidades ou recorrências (conforme a opção historiográfica dos investigadores).

Revista16.indd 226 29/7/2008 17:55:42

Do ponto de vista dos espaços contemplados nos estudos são raras as interseções de nossa história com o mundo ibero-americano, europeu e norte-americano, embora tenham sido constatadas relações entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros e alguns estudos comparados. Outros espaços, localizados nos continentes africano e asiático e/ou no território lusófono – que poderiam ampliar o conhecimento e levantar outras questões de investigação quanto às mediações e circulação de modelos –, não são estudados nos artigos.

Os temas privilegiados nas pesquisas acompanham a tradição dos estudos educacionais, que se concentravam na história do pensamento educacional, dos sistemas escolares e das políticas educacionais. Observamos também nas abordagens atuais uma intenção de desvendar o cotidiano escolar, que seria entrevisto pela recuperação da historicidade dos documentos oficiais, dos discursos educacionais e políticos sobre a escola, materiais pedagógicos, objetos da cultura material e memórias.

As investigações sobre a profissão docente e os impressos educacionais, que em meados dos anos de 1990 se constituíam nos "novos temas e objetos de estudo", aparecem agora como assuntos consolidados no campo de pesquisa, demonstrando a potencialidade da abordagem para o entendimento dos processos de constituição e legitimação do campo educacional e da carreira docente. Outros temas ligados à cultura escolar mereceram a atenção dos colaboradores da revista, como a história das disciplinas escolares, a distribuição dos tempos na escola, a cultura material e as questões étnico-raciais. Interroga-se qual o motivo da pequena presença de estudos de gênero, pois identificamos apenas um artigo sobre a educação feminina, sendo que no final dos anos de 1990 esse era um tema em ascensão no campo. Talvez outros modos de constituir objetos de estudo tenham retirado a ênfase nas questões acerca da presença feminina no magistério e da especificidade da educação da mulher.

Continuando a nossa reflexão, a que conclusões podemos chegar depois de realizada a análise das fontes predominantes nos artigos publicados na revista? Que reflexões podem ser feitas no intuito de provocarmos um adensamento dos trabalhos produzidos no campo?

Uma primeira constatação que pode ser realizada é que, a julgar pelos artigos publicados na revista, a produção recente em história da

educação, no que diz respeito à utilização de fontes de pesquisa, oscila entre a tradição – expressa no uso massivo da documentação oficial e de obras de intelectuais – e a incorporação, ainda tímida, em nossa avaliação, de novas fontes.

Além disso, como buscamos mostrar ao longo da análise, a constatação de que há um apego à tradição – o que, inicialmente, nos assusta e nos convida à reflexão – é relativizada quando observamos que, embora os pesquisadores continuem recorrendo à documentação oficial e à obra de grandes pensadores, tem havido um movimento de "ida aos arquivos" e, com ele, a exploração de fontes menos conhecidas e convencionais, o que pode ser um bom sinal para a renovação da pesquisa histórica. Mesmo nas pesquisas que tomam as obras dos intelectuais como principal fonte de pesquisa, muitos pesquisadores não se limitam a analisar seus conteúdos expressos, mas a compreendê-las em seus processos de produção e circulação. Além disso, há, também nesse caso, um movimento de "ida aos arquivos", com a incorporação de fontes como correspondências e livros – e suas marcas de leitura – pertencentes ao sujeito investigado.

É possível ampliar nossos objetos de pesquisa ou lançar novos olhares sobre eles utilizando as mesmas fontes? Como ampliar os estudos para períodos ainda pouco estudados na historiografia da educação brasileira – como o colonial – se não ousamos e experimentamos o uso de novas fontes? Que tipo de problema temos legitimado no campo da história da educação e como o temos interrogado?

Há sinais que atestam uma renovação da pesquisa em história da educação e do saber que possuímos acerca de nós mesmos. No entanto, esse novo estado-da-arte obriga-nos a nos manter vigilantes acerca da história que estamos ajudando a construir. Vigilância que talvez seja necessária para nos interrogarmos permanentemente acerca dos problemas, procedimentos e efeitos de nossas pesquisas sobre o campo, sobre nós mesmos e sobre os problemas investigados. Diante desse quadro, cabe uma última reflexão. Sabemos que é sobre a tradição que se constrói a renovação. Na medida em que a pesquisa em história da educação é ainda muito recente no Brasil, talvez seja necessário que os pesquisadores adquiram inicialmente, como vem sendo feito, uma intimidade maior com o arquivo, com suas possibilidades e limites. Esse esforço, essa

disposição de encontrar "o outro", recoloca o problema do alargamento da base documental, da construção das séries com as quais trabalhamos, dos arranjos a que submetemos o material do arquivo, da nossa capacidade de interrogar o documento, do reconhecimento das zonas de sombra contidas na documentação e da certeza de que tudo isso pode não se converter em história, se deixarmos de escrever e de ensinar.

Por fim, cabe sublinhar que este texto é parte de um testemunho e sua redação obrigou-nos a converter nossa experiência como editores da *RBHE* em problema. O modo como interpelamos o periódico, as dobras que procuramos tornar visíveis, pretende assinalar algumas das dificuldades, desafios, impasses e opções enfrentados pela Comissão Editorial (e autores deste artigo) no que se refere aos procedimentos, critérios construídos para orientar, produzir e assegurar a vida da *RBHE* durante seus sete primeiros anos, tarefa que nos honrou e que procuramos desempenhar de modo digno.

## Referências bibliográficas

ADÃO, Áurea. Memória da educação no espaço lusófono – O contributo dos congressos luso-brasileiros. In: GATTI, Décio; PINTASSILGO, Joaquim. *Percursos e desafios do ensino e da pesquisa em história da educação*. Uberlândia: EDUFU, 2007.

ASCOLANI, Adrián. La historia de la educación em Argentina – historiografia y construcción de um campo específico (1970-1990). In: SANFELICE, José; SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José (orgs.). *História da educação*: perspectivas para um intercâmbio internacional. Campinas: Autores Associados, 1999a.

_____. Historia de la historiografia educacional Argentina: autores y problemáticas (1910-1990). In: ASCOLANI, Adrián (org.). *La educación em Argentina*: estudios de historia. Rosário: Ediciones del Arca, 1999b.

_____. The historiography of education n Argentina durintg 1990s – Theoretical lines and conceptual contributions. *Paedagogica historica*, Bruxelas, 2000.

_____. Los balances de historia de la educación en Brasil: optimismo e incertidumbre de una producción expansiva – comentarios en perspectiva compa-

rada com Argentina e Mexico. In: NEPOMUCENO, Maria; TIBALLI, Elianda (orgs.). *A educação e seus sujeitos na história*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007.

BASTOS, M. H. C. A pesquisa em história da educação em revista. In: SCHELBAUER, A. R.; LOMBARDI, J. C.; MACHADO, M. C. G. (orgs.). *Educação em debate*: perspectivas, abordagens e historiografia. Campinas: Autores Associados, 2006.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 1999. p. 529-575.

BENJAMIN, Walter. Escavando e recordando. In: _____. *Obras escolhidas* – I: rua de mão única. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BICCAS, Maurilane de Souza. Impresso pedagógico como objeto e fonte para a história da educação em Minas Gerais: *Revista do Ensino* (1925-1940). In: MORAIS, Christiani; PORTES, Écio; ARRUDA, Maria Aparecida. *História da educação*: ensino e pesquisa. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 71-106.

_____. O impresso como estratégia de formação: *Revista do Ensino de Minas Gerais* (1925-1940). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

BONTEMPI JR., Bruno. A educação brasileira e sua periodização: vestígio de uma identidade disciplinar. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas: Autores Associados/SBHE, n. 5, jan./jul. 2003.

CARVALHO, Marta M. C. Escola, memória, historiografia: a produção do vazio. *São Paulo em Pespectiva*, v. 7, n. 1, jan./maio 1993.

_____. L'histoire de l'éducation au Brésil: tradition historiographiques et processus de rénovation de la discipline. *Paedagogica historica*, Bruxelas, 2000.

CATANI, Denice Bárbara. *Educadores à meia-luz*: um estudo sobre a *Revista de Ensino da Associação Beneficente* do Professorado Público de São Paulo. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

_____.; BASTOS, Maria Helena Câmara. *A educação em revista*: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997.

CATANI, Denice Bárbara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT de História da Educação da ANPED (1985-2000). In: GONDRA, José. *Pesquisa em história da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COMPÈRE, Marie Madeleine. *L'histoire de l'éducation en Europe*. Essai comparatif sur la façon dont elle s'écrit. Paris: Peter Lang/INRP, 1995.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. *História da Educação*, Pelotas, v. 6, n. 11, p. 5-24, abr. 2002.

CRUZ, Nicolás. La historia de la educación en Chile – su estado actual y desafios metodológicos. In: SANFELICE, José; SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José (orgs.). *História da educação* – perspectivas para um intercâmbio internacional. Campinas: Autores Associados, 1999.

ESCOLANO, Augustín. La investigación em historia de la educación en España: tradiciones e nuevas tendencias. In: NÓVOA, Antonio; BERRO, J. Ruiz (orgs.). *A história da educação em Espanha e Portugal* – investigação e actividades. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1993.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: _____. (org.). *Educação, modernidade e civilização*: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

_____.; VIDAL, Diana Gonçalves. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 37-70, 2003.

FONSECA, Thaís Nivia de Lima e. História da educação e história cultural. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thaís Nívia de Lima e (orgs.). *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. História cultural e história da educação na América Portuguesa. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas: SBHE, n. 12, 2006.

FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. Bragança Paulista: EDUSF/Contexto, 1998.

GALLEGO, Alejandro Alvarez. Historiography os education and pedagogy in Colômbia. *Paedagogica historica*, Bruxelas, 2000.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Problematizando fontes em história da educação. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 99-118, 1996.

_____.; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Manuais escolares e pesquisa em história. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thaís Nívia de Lima e (orgs.).

*História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 161-188.

GOMES, Joaquim Ferreira. A investigação em história da educação em Portugal. In: NÓVOA, Antonio; BERRO, J. Ruiz (orgs.). *A história da educação em Espanha e Portugal* – investigação e actividades. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1993.

GONDRA, José (org.). *Pesquisa em história da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. Morfologia da história da educação no espaço lusófono – o Brasil como ponto de observação. In: GATTI, Décio; PINTASSILGO, Joaquim. *Percursos e desafios do ensino e da pesquisa em história da educação*. Uberlândia: EDUFU, 2007a.

_____. Historiografia da educação, seus balanços e saberes – a ultrapassagem como problema. In: NEPOMUCENO, Maria; TIBALLI, Elianda (orgs.). *A educação e seus sujeitos na história*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007b.

JABLONKA, Ivan. Les historiens américaines aux prises avec leur école. L'évolution récente de l'historiographie de l'éducation aux États-Unis (1961-2001). *Histoire de l'éducation*, Paris, n. 89, p. 3-58, janv. 2001.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. *Perspectivas históricas em educação*. São Paulo: Ática, 1986.

_____.; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MIGNOT, A. C. V.; BASTOS, M. H. C.; CUNHA, M. T. S. (orgs.). *Refúgios do eu*: educação, história, escrita autobiográfica. Florianópolis: Mulheres, 2000.

NOVAES, Adauto (org.). *Oito visões da América Latina*. São Paulo: Editora SENAC, 2006.

NEPOMUCENO, Maria; TIBALLI, Elianda (orgs.). *A educação e seus sujeitos na história*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007.

NÓVOA, António. *Histoire & comparaison*. Lisbonne: Educa, 1998.

_____. Tempos da escola no espaço Portugal-Brasil-Moçambique: dez digressões sobre um programa de investigação. *Currículo sem Fronteiras*, v. 1, n. 2, p. 131-150, jul./dez. 2001.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta. Historiografia da educação e fontes. In: REUNIÃO ANUAL, 15., 1992, Caxambu. *Anais*... Caxambu: ANPEd, 1992. 33p.

_____. Historiografia da educação e fontes. In: GONDRA, José (org.). *Pesquisa em história da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

OSSEMBACH, Gabriela. Reseach into the history of education in Latinamerica: balance of the current situation. *Paedagogica historica*, Bruxelas, 2000.

REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

_____; Entrevista a Marieta de Moraes Ferreira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 19, 1997.

_____. (org.). *Jogos de escalas* – a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

_____. A história ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*: trajetória de um exercista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Entrevista a Andréa Daher. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 2, 2001.

*REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO* (2001-2007). Campinas: Autores Associados. Disponível em: <www.sbhe.org.br>.

SANFELICE, José Luís. Perspectivas atuais da história da educação. In: SCHELBAUER, A. R.; LOMBARDI, J. C.; MACHADO, M. C. G. (orgs.). *Educação em debate*: perspectivas, abordagens e historiografia. Campinas: Autores Associados, 2006.

SAUTER, Ana Lucia Zuluaga; OSSEMBACH, Gabriela (orgs.). *Génesis y desarollo de los sistemas educativos ibero-americanos* – siglo XIX. Bogotá: Manantial, 2004a.

_____. *Modernizatión de los sistemas educativos ibero-americanos* – siglo XX. Bogotá: Manantial, 2004b.

STAPLES, Anne. Recent trends in the historiography of México education. *Paedagogica historica*, Bruxelas, 2000.

SAVIANI, Dermeval. Os balanços na historiografia da educação brasileira – sentidos e perspectivas. In: NEPOMUCENO, Maria; TIBALLI, Elianda (orgs.). *A educação e seus sujeitos na história*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007.

VEIGA, Cynthia; FONSECA, Thaís (orgs.). *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VERA, Eugenia Roldán; CARUSO, Marcelo (orgs.). *Imported modernity in Poscolonial state formation*. Berlin: Peter Lang, 2007.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. 4. ed. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneip. Brasília: EdUnB, 1998.

VIDAL, Diana G.; VICENTINI, P.; SILVA, K. n. ; SILVA, J. C. S. História da educação no estado de São Paulo: a configuração do campo e a produção atual (l943-2003). In: GONDRA, J. G. (org.). *Pesquisa em história da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

VIÑAO FRAGO, António. Las autobiografias, memorias y diarios como fuente histórico-educativa: tipologia y usos. *Teias*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 82-97, jun. 2000.

Endereço para correspondência:

Ana Maria de Oliveira Galvão
Faculdade de Educação da UFMG | DECAE
Avenida Antônio Carlos, 6.627 | Pampulha
31270-901 | Belo Horizonte-MG
anamgalvao@uol.com.br

Dislane Z. Moraes
Faculdade de Educação da USP
Avenida da Universidade, 308 | Bloco A, sala 128
05508-900 | São Paulo-SP | dzmoraes@usp.br

José Gonçalves Gondra
Rua Olegário Mariano, 276
20510-210 | Tijuca Rio de Janeiro-RJ
gondra@oi.com.br

Maurilane de Souza Biccas
Faculdade de Educação da USP
Avenida da Universidade, 308 | Bloco A, sala 219
05508-900 | São Paulo-SP | msbiccas@usp.br

Recebido em: 10 out. 2007
Aprovado em: 28 mar. 2008

Revista16.indd 234 29/7/2008 17:55:44